



Anais da Assembléia

Nº 079

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 27 DE JUNHO DE 1991

ANO XVII

1.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.^a LEGISLATURA
ATA DA 65.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 27 DE JUNHO DE 1991

(QUINTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados João Arruda e Luiz Carlos Alborghetti.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Heinz Herwig, João Arruda, Ademir Troiano, Dalton Machuca, Lourenço Fregonesé, Albino Corazza, Alceu Swarowski, Antônio Annibelli, Arlindo Troian, Basílio Zanusso, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Cezar Silvestri, Colombino Grassano, Costenaro Neto, Dirceu Manfrinato, Dobrandino da Silva, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Durval Amaral, Élio Rusch, Emília Belinati, Erondy Silvério, Ernani Pudell, Eurides Moura, Geraldo Cartário, Hermas Brandão, João Preis, José Afonso Júnior, José Arthur Ritti, José Tavares, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Mário Bezerra, Neiyo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nilton Barbosa, Nilton César, Orlando Pessuti, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Rossoni, Severino Félix e Toti Colaço (50). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Edson Silva Lino, João Iensen e Rafael Greca de Macedo (03). Achando-se em licença o Senhor Deputado Algaci Túlio. (01).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Ofícios:

Sob o nº DTL/SAT/162/91, do Senhor Governador do Estado em exercício, comunicando haver sancionado o Projeto de Lei nº 106/91, do Tribunal de Justiça, que altera o quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal de Alçada, conforme especifica e adota outras providências, o qual convertido em Lei tomou o nº 9.625. Anote-se - Arquive-se.

Sob os nºs DTL/163, 164 e 166/91, do Senhor Governador do Estado em exercício, comunicando haver vetado integralmente os Projetos de Lei nºs 55/91, 24/91, por julgá-los inconstitucionais e Projeto de Lei nº 66/91, porque o mesmo, pela forma como está posto e redigido, não apresentando as necessárias condições de exequibilidade, é contrário ao interesse público. A Comissão de Constituição e Justiça.

OFÍCIO Nº 76/91

Senhor Presidente.

Tenho a honra de me dirigir a Vossa Excelência, com a finalidade de comunicar à Executiva desta Augusta Casa de Leis, que no mês de julho, estarei me ausentando do País, em data ainda a ser fixada.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência meus protestos da mais alta consideração e apreço.

Sala das Sessões, em 27.06.91
(a) CEZAR SILVESTRI

OFÍCIO Nº 92/91

Senhor Presidente.

Pelo presente e para os devidos fins, desejo comunicar a Vossa Excelência que a partir do dia 02 do mês de julho próximo, estarei ausente do país em viagem para o exterior.

Ao ensejo renovo meus protestos de consideração e apreço.

Sala das Sessões, em 27.06.91
(a) COLOMBINO GRASSANO

Mensagens:

MENSAGEM Nº 39/91

Curitiba, 26.06.91

Senhor Presidente.

O Projeto de lei ora submetido a essa Assembléia Legislativa tem por objeto reajustar a tabela de salários dos servidores da Fundação de Ação Social do Paraná - FASPAR, que encontra-se bastante defasada.

O percentual que se pretende conceder compatibilizará a tabela salarial da FASPAR com a estrutura da tabela utilizada para os servidores da administração direta do Estado, o que facilitará o seu ajustamento por ocasião em que for instituída a unificação do regime de trabalho no âmbito da administração pública do Estado e os respectivos planos de carreiras.

O reajuste não compromete, em hipótese alguma, o Tesouro do Estado, estando perfeitamente dentro das possibilidades orça-

mentárias.

Certo de que o presente plano de lei será acolhido e aprovado, aproveito o ensejo para renovar a Vossa Excelência os protestos da mais alta estima e distinta consideração.

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica reajustada em 66% (sessenta e seis por cento), a Tabela de Salários dos servidores da Fundação de Ação Social do Paraná - FASPAR.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de junho de 1991, revogadas as disposições em contrário.

A Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 40/91

Curitiba, 26.06.91

Senhor Presidente.

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa egrégia Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, o anteprojeto de lei que visa obter aprovação de crédito suplementar aos vigentes orçamentos próprios da Fundação Instituto Agrônômico do Paraná - IAPAR e do Instituto de Terras, Cartografia e Florestas do Estado do Paraná, ITCF, aprovados pela Lei Estadual nº 9.494, de 21 de dezembro de 1990, no montante de Cr\$ 101.042.000,00 (cento e um milhões e quarenta e dois mil cruzeiros), que custeará a programação das Entidades, conforme detalhamento a seguir:

ÓRGÃO/ENTIDADE/FINALIDADE VALOR
SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO

Fundação Instituto Agrônômico do Paraná - IAPAR 24.005.000,00
- Suprir despesas com combustíveis e lubrificantes; artigos de expediente; gêneros de alimentação; sementes e mudas; reagentes, fertilizantes; corretivos e defensivos agrícolas.
SECRETARIA ESPECIAL DE ASSUNTOS DO MEIO AMBIENTE
Instituto de Terras, Cartografia e Florestas do Estado do Paraná - ITCF 77.037.000,00
- Atender despesas com aluguéis dos escritórios regionais; alimentação e pousada de funcionários que elaboram o cadastramento da rede elétrica da COPEL; bem como suprir com recursos orçamentários as despesas de manutenção da Entidade e dos escritórios regionais e locais, tais como: água, luz, telefone, telex, xerox, e serviços de malote.

Certo de poder contar com a atenção dessa egrégia Assembléia Legislativa, reitero a Vossa Excelência as expressões do meu mais alto apreço e consideração.
(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica aprovado um crédito suplementar aos vigentes orçamentos próprios da Fundação Instituto Agrônômico do Paraná - IAPAR e do Instituto de Terras, Cartografia e Florestas do Estado do Paraná - ITCF, aprovados pela Lei Estadual nº 9.494 de 21 de dezembro de 1990, no montante de

ACRESCIMO		ANEXO I		FL.01		
				Cr\$ 1.000,00		
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA DA DESPESA	FT	L D R	VALOR	N. DO PROC. COP
2800	SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO - ENTIDADES VINCULADAS					
2865	INSTITUTO DE TERRAS, CARTOGRAFIA E FLORESTAS DO ESTADO DO PARANÁ - ITCF					
2261	ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA E PRESERVAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - ITCF	3132.00	40	L	77.037	0123
2866	FUNDAÇÃO INSTITUTO AGRÔNOMICO DO PARANÁ - IAPAR					
2263	PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DE PRODUTOS E RECURSOS AGROPECUÁRIOS - IAPAR	3120.00	40	L	24.005	0123
		TOTAL		101.042		

Cr\$ 101.042.000,00 (cento e um milhões, quarenta e dois mil cruzeiros), conforme detalhamento no anexo I desta Lei.

Art. 2º - Servirá como recurso para a cobertura do crédito de que trata o artigo 1º, igual importância proveniente de superávit financeiro apurado nos balanços patrimoniais das Entidades no exercício de 1990.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 41/91

Curitiba, 26.06.91

Senhor Presidente.

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa egrégia Assembléia Legislativa anteprojeto de lei que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$ 1.751.262.000,00 (um bilhão, setecentos e cinquenta e um milhões, duzentos e sessenta e dois mil cruzeiros), conforme detalhamento abaixo:

ORGÃO/FINALIDADE	VALOR Cr\$ 1,00
Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores do Estado do Paraná - IPE	1.541.810.000
- Aquisição de dois elevadores para o Edifício Caetano Munhoz da Rocha de propriedade do IPE, em substituição aos antigos.	
- Manutenção de 04 Pré-Escolas, das Coordenadorias e Agências Regionais e dos Serviços de atendimento médico, odontológico, laboratorial e outros relativos à saúde em geral, pagamento de auxílio-alimentação.	
Departamento de Imprensa Oficial do Estado - DIOE	209.452.000
- Aquisição de papéis, chapas, filmes, tintas e outros materiais de consumo.	
- Pagamento de luz, água, telefone, correio, vigilância, asseio, processamento de dados, manutenção das máquinas e outros serviços.	
Esclareço também que os recursos para	

SUPLEMENTAÇÃO		ANEXO I		FL.01		
				Cr\$ 1.000,00		
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA DA DESPESA	FT	L D R	VALOR	M. DO PROC. COP
2200	SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO - ENTIDADES VINCULADAS					
2250	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA AOS SERVIDORES DO ESTADO DO PARANÁ - IPE					
2012	SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO GERAL - IPE	3132.00	90	L	200.000	0103
		3259.00	90	L	6.000	0103
		4110.00	90	L	56.810	0103
2013	SERVIÇOS DE SUPERVISÃO GERAL - IPE	3131.00	90	L	5.000	0103
		3132.00	90	L	40.000	0103
		3259.00	90	L	6.000	0103
2014	ASSISTÊNCIA AOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO	3132.00	90	L	990.000	0103
		3259.00	90	L	15.000	0103
2015	PREVIDÊNCIA AOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO	3120.00	90	L	10.000	0103
		3132.00	90	L	30.000	0103
		3256.00	90	L	180.000	0103
		3259.00	90	L	3.000	0103
2251	DEPARTAMENTO DE IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO - DIOE					
2017	SERVIÇOS DE IMPRENSA OFICIAL	3120.00	40	L	104.726	0107
		3132.00	40	L	104.726	0107
TOTAL					1.751.262	

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA DA DESPESA	FT	L D R	VALOR	N. DO PROC. COP
2200	SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO - ENTIDADES VINCULADAS					
2250	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA AOS SERVIDORES DO ESTADO DO PARANÁ - IPE					
2148	ASSISTÊNCIA A SAÚDE FACULTATIVA	3132.00	90	L	1.485.000	0103
TOTAL					1.485.000	

a cobertura da referida programação são provenientes de superávit financeiro apurado nos balanços patrimoniais das Entidades, do exercício de 1990 e cancelamento de dotações do IPE.

Certo de poder contar com a atenção dessa egrégia Assembléia Legislativa reitero a Vossa Excelência as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica aprovado um crédito suplementar no valor de Cr\$ 1.751.262.000,00 (um bilhão, setecentos e cinquenta e um milhões, duzentos e sessenta e dois mil cruzeiros), aos orçamentos próprios do Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores do Estado do Paraná - IPE e do Departamento de Imprensa Oficial do Estado - DIOE, aprovados pela Lei Estadual n° 9.494 de 21 de dezembro de 1990, conforme Anexo I desta lei.

Art. 2º - Servirá como recurso para a cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, Cr\$ 266.262.000,00 provenientes de superávit financeiro apurado nos balanços patrimoniais das entidades do exercício de 1990 e Cr\$ 1.485.000.000,00 de cancelamento de dotações do IPE, conforme Anexo II desta lei.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N° 42/91

Curitiba, 26 de junho de 1991.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa egrégia Assembléia Legislativa anteprojeto de lei que visa obter aprovação de um crédito suplementar ao vigente Orçamento do Estado, aprovado pela Lei Estadual n° 9.494, de 21 de dezembro de 1990, no montante de Cr\$ 136.807.000,00 (cento e trinta e seis milhões, oitocentos e sete mil cruzeiros).

O referido crédito que suplementa o orçamento da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente, tem por finalidade atender às despesas com obras de infra-estrutura nos 13 (treze) municípios componentes da Região Metropolitana de Curitiba, com o Programa de Investimentos para a Região Metropolitana de Curitiba. PIRMC.

Os recursos para o crédito proposto são provenientes de Operação de Crédito firmada com a Caixa Econômica Federal, conforme Lei Estadual n° 8.492, de 30 de junho de 1987.

Certo de poder contar com a atenção dessa egrégia Assembléia Legislativa, reitero a Vossa Excelência as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica aprovado um crédito suplementar ao vigente orçamento da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente, aprovado pela Lei Estadual n° 9.494, de 21 de dezembro de 1990, no montante de Cr\$ 136.807.000,00 (cento e trinta e seis milhões, oitocentos e sete mil cruzeiros), fonte 20 - Operação de Crédito Interna Vinculada, conforme Anexo I desta lei.

Art. 2º - Servirá como recurso para a cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, igual importância oriunda de operação de crédito interna vinculada, firmada com a Caixa Econômica Federal, de acordo com a Lei Estadual n° 8.492, de 30 de junho de 1987.

Art. 3º - Em decorrência do contido no artigo 1º desta lei, fica suplementado o orçamento próprio da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC, aprovado pela Lei Estadual n° 9.494, de 21 de dezembro de 1990, conforme Anexo II desta lei.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as dis-

SUPLEMENTAÇÃO		ANEXO I		FL.01		
				Cr\$ 1.000,00		
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA DA DESPESA	FT	L D R	VALOR	N. DO PROC. COP
3100	SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E DO MEIO AMBIENTE					
3102	GABINETE DO SECRETÁRIO ENTIDADES VINCULADAS					
2174	PROGRAMAÇÃO A CARGO DA COMEC	4311.02	20	L	136.807	0137
TOTAL					136.807	

SUPLEMENTAÇÃO		ANEXO II		FL.01		
				Cr\$ 1.000,00		
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA DA DESPESA	FT	L D R	VALOR	N. DO PROC. COP
3200	SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E DO MEIO-AMBIENTE - ENTIDADES VINCULADAS					
3278	COORDENAÇÃO DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - COMEC					
1078	PROGRAMA DE INVESTIMENTOS PARA A REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - PIRMC	4130.00	20	L	136.807	0137
TOTAL					136.807	

MENSAGEM N° 43/91

Curitiba, 26 de junho de 1991.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

Senhor Presidente.

ANTEPROJETO DE LEI

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa egrégia Assembléia Legislativa anteprojeto de lei que aprova a abertura de crédito suplementar ao orçamento próprio da Fundação Universidade Estadual de Ponta Grossa, no valor de Cr\$ 100.000.000,00 (cem milhões de cruzeiros), destinados a atender o Projeto de Alfabetização e Cidadania.

Esclareço também que os recursos para a cobertura da referida programação são decorrentes de remanejamento de dotação da própria Entidade.

Certo de poder contar com a atenção dessa egrégia Assembléia Legislativa reitero a Vossa Excelência as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

Art. 1° - Fica aprovado um crédito suplementar no valor de Cr\$ 100.000.000,00 (cem milhões de cruzeiros), para atender à programação da Fundação Universidade Estadual de Ponta Grossa, conforme Anexo I, desta lei.

Art. 2° - Servirá como recurso para a cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, igual importância proveniente de remanejamento de dotações da própria Entidade conforme anexo II, desta lei.

Art. 3° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. A Diretoria Legislativa.

SUPLEMENTAÇÃO		ANEXO I		FL.01		
		ANEXO NO.		Cr\$ 1.000,00		
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA DA DESPESA	FT	L D R	VALOR	N. DO PROC. COP
1000	CHEFIA DO PODER EXECUTIVO ENTIDADES VINCULADAS					
1022	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA					
2090	ADMINISTRAÇÃO DO ENSINO MÉDIO E SUPERIOR EM PONTA GROSSA	3120.00	81	L	20.000	0219
		3131.00	81	L	40.000	0219
		3132.00	81	L	40.000	0219
TOTAL					100.000	

CANCELAMENTO		ANEXO II		FL.01		
		ANEXO NO		Cr\$ 1.000,00		
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA DA DESPESA	FT	L D R	VALOR	N. DO PROC. COP
1000	CHEFIA DO PODER EXECUTIVO ENTIDADES VINCULADAS					
1022	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA					
2090	ADMINISTRAÇÃO DO ENSINO MÉDIO E SUPERIOR EM PONTA GROSSA	4120.00	81	L	100.000	0219
TOTAL					100.000	

MENSAGEM N° 44/91

Curitiba, 26 de junho de 1991.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa egrégia Assembléia Legislativa anteprojeto de lei que aprova a abertura de crédito suplementar à Secretaria de Estado da Educação, no valor de CR\$ 7.831.781.000,00 (sete bilhões, oitocentos e trinta e um milhões, setecentos e oitenta e um mil cruzeiros), para atender despesas com a construção, ampliação e reparos de escolas, aquisição de material permanente e de consumo; armazenamento e transporte da merenda e material escolar e o apoio financeiro às Entidades mantenedoras de educação especial.

Esclareço também que os recursos para a cobertura da referida programação são decorrentes de excesso de arrecadação da fonte 16 - Cota Parte do Salário Educação- Cota Estadual.

Certo de poder contar com a atenção dessa egrégia Assembléia Legislativa, reitero a Vossa Excelência as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado.

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1° - Fica aprovado um crédito suplementar, ao orçamento da Secretaria de Estado da Educação aprovado pela Lei Estadual n° 9.494, de 21 de dezembro de 1990, no valor de CR\$ 7.831.781.000,00 (sete bilhões, oitocentos e trinta e um milhões, setecentos e oitenta e um mil cruzeiros), para atender à programação da Secretaria a que se refere à continuidade das ações voltadas ao atendimento do Ensino de 1° Grau, no Estado, conforme Anexo I, desta Lei.

Art. 2° - Servirá como recurso para a cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, igual importância proveniente do excesso de arrecadação da fonte 16 - Cota Parte do Salário Educação - Cota Estadual.

Art. 3° - Em decorrência do contido no artigo 1° desta Lei, fica suplementado o orçamento próprio da Fundação Educacional do Estado do Paraná- FUNDEPAR, aprovado pela Lei Estadual n° 9.494, de 21 de dezembro de 1990, conforme Anexo II, desta Lei.

Art. 4° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. A Diretoria Legislativa.

SUPLEMENTAÇÃO		ANEXO I		FL.01		
				Cr\$ 1.000,00		
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA DA DESPESA	FT	L D R	VALOR	N. DO PROC. COP
3300	SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO					
3302	GABINETE DO SECRETARIO - ENTIDADES VINCULADAS					
2142	PROGRAMAÇÃO A CARGO DA FUNDEPAR	4311.02	16	R	3.731.760	0158
		4311.02	16	L	4.100.021	0158 -
TOTAL					7.831.781	

CANCELAMENTO		ANEXO II		FL.01		
				Cr\$ 1.000,00		
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA DA DESPESA	FT	L D R	VALOR	N. DO PROC. COP
3400	SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO . Entidades Vinculadas					
3479	FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO ESTADO DO PARANÁ- FUNDEPAR					
2146	INFRA-ESTRUTURA E APOIO LOGÍSTICO AO ENSINO DE 1º GRAU	4130.00	16	L	3.731.760	0158
		4130.00	16	R	4.100.021	0158 -
TOTAL					7.881.781	

Requerimentos:

REQUERIMENTO N° 1647

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência aos Projetos de Lei a seguir enumerados:

N° SÚMULA

- 269 Abre crédito suplementar ao orçamento da Chefia do Poder Executivo
- 270 Cria dois cargos de provimento em Comissão na SEAB;
- 271 Cria 23.389 cargos de provimento efetivo na SEED;
- 272 Abre crédito suplementar ao orçamento da SEEC;
- 274 Abre crédito suplementar ao orçamento da SEED
- 275 Abre crédito suplementar ao orçamento da UEPG;
- 276 Abre crédito suplementar ao orçamen-

to da SEDU;

- 277 Abre crédito suplementar ao orçamento do IPE;
- 278 Abre crédito suplementar aos orçamentos do IAPAR e ITCF;
- 279 Reajusta a tabela de vencimentos dos Servidores da FASPAR.

Sala das Sessões, em 27.06.91.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 1646

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, na qualidade de líderes dos Partidos com representação nesta Casa, REQUEREM convocação de sessão extraordinária, hoje, dia 27 de junho de 1991, às 17:00 horas, bem como dispensa do interstício, na forma do art. 175, § 2º do Regimento Interno.

Sala das Sessões, em 27.06.91.

(aa) Paulo Maia, Líder PSB;
JOÃO ARRUDA, Líder PFL;
GERALDO CARTÁRIO, Líder PDT;
ERNANI PUDELL, Líder PT;

ROSSONI, Líder PRN;
COLOMBINO GRASSANO, Líder PL;
EMÍLIA BELINATI,
ORLANDO PESSUTI; Líder PMDB;
e HERMAS BRANDÃO, Líder PSDB.

REQUERIMENTO N° 1650

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a retirada do Projeto de Lei n° 180/91, constante da Ordem do Dia da presente sessão Plenária, em 1.ª Discussão.

Sala das Sessões, em 27.06.91.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 1621

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a aneção do Projeto de Lei n° 220/90, de autoria do Senhor Deputado Ademar Luiz Traiano, ao Projeto de Lei n° 212/91, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, por versarem sobre a mesma matéria, de acordo com o Art. 121, do Regimento Interno deste Poder.

Sala das Sessões, em 27.06.91.

(a) ADEMAR TRAIANO

REQUERIMENTO N° 1644

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, vem à presença de Vossa Excelência comunicar que estará ausente do país, no período de 06 de julho a 04 de agosto, para tratar de assuntos pessoais.

Sala das Sessões, em 27.06.91.

(a) HEINZ HERWIG

REQUERIMENTO N° 1640

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o douto Plenário desta Casa, REQUER, voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor Brasil Senedese, ocorrido no dia 25 próximo passado, na cidade de Bela Vista do Paraíso.

Requeiro ainda, após aprovação deste, seja dada ciência à família enlutada, no seguinte endereço: Rua Piauí, 847, ap. 03-Londrina-Pr.

Sala das Sessões, em 27.06.91.

(a) JOSÉ TAVARES

REQUERIMENTO N° 1654

Senhor Presidente.

O Deputado Basílio Zanusso, ao final assinado, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, a Vossa Excelência, ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos desta sessão, voto de profundo

pesar pelo falecimento do Senhor Aristófanes Tofeinho Haton, ocorrido no dia 25 próximo passado, na cidade de Cruzeiro do Oeste-Pr.

Requer ainda, que do presente, se dê ciência à família enlutada.

(a) BASÍLIO ZANUSSO

JUSTIFICATIVA:

O Senhor Aristófanes Tofeinho Haton, faleceu em 25 de junho do corrente ano, aos 62 anos de idade, deixando viúva a Senhora Lígia Dutra Haton, os filhos: José Luiz Dutra Haton; José Eduardo Dutra Haton; Rita Inês Haton Meneghetti; Estela Maria Haton e Paulo Roberto Dutra Haton, e 12 netos.

Desde o ano de 1958, estava radicado na cidade de Cruzeiro do Oeste, cidade que escolheu para viver até seus últimos dias.

Foi fundador da referida cidade, sempre demonstrando ter sido uma pessoa zelosa e cumpridora de suas obrigações, o que lhe valeu o reconhecimento da comunidade, que o elegeu Vereador e Prefeito Municipal.

Como vereador foi eleito Presidente da Câmara, foi também Presidente da CODECO (autarquia responsável pelo abastecimento de água).

Quando Prefeito, foi escolhido pelos seus colegas da região Presidente da AMERIOS - Associação dos Municípios.

Prestou relevantes serviços à sociedade, tendo sido escolhido Presidente do Lions Club e Presidente do Tênis Club.

REQUERIMENTO N° 1594

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos à Madeireira Miguel Forte S/A, de União da Vitória, pela passagem do seu 70° aniversário de fundação.

Requer outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência aos Diretores da Empresa Madeireira Miguel Forte S.A.

Sala das Sessões, em 27.06.91.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

A Madeireira Miguel Forte S.A., respaldada por uma extraordinária credibilidade junto à opinião pública de todo o Estado do Paraná, merece e deve receber este registro da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, pela passagem do seu 70° aniversário de fundação, trabalhando sempre para a grande penetração conquistada ao longo dos anos junto à população, e prestando relevantes serviços para a comunidade de um modo geral.

A Madeireira Miguel Forte S.A., repre-

Curitiba, quinta, em 27.06.91

senta o verdadeiro espírito paranaense de pioneirismo, contribuindo sobremaneira, para o desenvolvimento da região.

A Madeireira Miguel Forte S.A., conseguiu ao longo desses 70 anos com a liderança de seus diretores, com seu dinamismo e admirável coragem, enfrentar todos os obstáculos surgidos e fazer com que a Empresa, carinhosamente denominada de "Rei da Imbuia" se transformasse no que é hoje, uma das maiores empresas do ramo madeireiro do sul do país, plantando em todos os cantos do sul paranaense, uma semente a germinar confiança no amanhã, embora tenha enfrentado crises e desafios em face das próprias condições brasileiras.

No Paraná muitas não resistiram, ficaram estagnadas pelo caminho do tempo esmagadas pelos problemas conjunturais agravadas pelo desânimo e até pela falta de visão administrativa.

Outras triunfaram, é o caso da Madeireira Miguel Forte S.A., que ultrapassou todas as barreiras encontradas.

É salutar ver a disposição e a alegria dos diretores e colaboradores da Madeireira Miguel Forte S.A, fundada pelo saudoso Capitão da Indústria Miguel Forte, que deixou continuadores seus filhos: Domingos, Vicente e José que seguem com grande segurança e responsabilidade diversificando a obra iniciada em 1921.

É portanto, motivo de grande júbilo para todos os paranaenses a comemoração do 70º aniversário daquela empresa.

A este contentamento o Poder Legislativo através deste Deputado, se associa como representante do povo, congratulando-se com a direção da empresa e todo o seu corpo de colaboradores, como atestado de que o sucesso é fruto do trabalho e da competência administrativa.

REQUERIMENTO N° 1599

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja inserido em ata da presente sessão, Votos de Congratulações, pela passagem do 36º aniversário de emancipação Política, da cidade de Umuarama.

Do aprovado requer ainda, seja dado ciência ao Senhor Alexandre Ceranto, Digníssimo Prefeito Municipal, e aos Senhores Vereadores da Câmara Municipal de Umuarama.

Sala das Sessões, em 27.06.91.

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO N° 1605

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o

envio de Votos de Congratulações ao sindicato das Empresas de Compra e Venda, locação e Administração de Imóveis e dos Edifícios em Condomínios Residenciais e Comerciais em todo o Estado do Paraná - SECOVI-Pr, pela posse da nova Diretoria eleita para o biênio 1991/1993, a realizar-se no dia 26 de junho do corrente ano.

Sala das Sessões, em 27.06.91.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 1627

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas funções regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, votos de congratulações pela posse da nova Diretoria da Associação Filantrópica Viracopos, no dia 28 do corrente, às 20:00 horas na sede Social do SERJA- Clube da Piscina, em Jardim Alegre.

Sala das Sessões, em 27.06.91.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 1628

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, votos de congratulações pela reunião festiva de posse da nova Diretoria do Rotary Club de Curitiba, na Cidade Industrial.

Requer ainda, que do presente se dê ciência às seguintes pessoas:

DIETER STRUCK - Presidente
GABRIEL BORTOLAN - Vice-Presidente
SILVAL ZAIDANE LOBATO MACHADO - Secretário
ARWED BALDUR KIRCHGASSNER - 2º Secretário
OSVALDO DAVANSO - Tesoureiro
WILSON PORTES - 2º Tesoureiro
DIVONEL MACHADO DE CAMPOS - Diretor de

Protocolo

LOTÁRIO WEIGERT

2º Diretor de Protocolo

CARLOS VIVALDI RODRIGUES

Serviços Internos

CLEORIDES LAHOZ

Serviços Profissionais

DOUGLAS ROGÉRIO BENKE

Serviços à Comunidade

SÉRGIO LEVY

Serviços Internacionais

PAULO BAGGIO

Presidente 1992/93

Sala das Sessões, em 27.06.91.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 1629

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas funções regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, votos de congratulação pela posse do Conselho

Diretor do Rotary Club de Ivaiporã, gestão 91/92, às 20:30 horas do dia 28 de junho do corrente, na Casa da Amizade, em Ivaiporã.

Requer ainda, que do presente se dê ciência às seguintes pessoas.

OSIRIS RIBAS CAMARGO - Vice-Presidente

ILDEFONSO VAZ RIBEIRO - Secretário

LUIZ A. M. NOVICK - Diretor Protocolo

JONAS ROCHA - Tesoureiro

LEONILDO FLORES - Serviços Internos

ANTONIO DO C.M. MONTORO - Serviços Profissionais

LUIZ RONCOLATO - Serviços à Comunidade

MELVIS MUCHIUTTI - Serviços Intern.

DEJAIR FERNANDES - Diretor sem pasta

GERSON FERRO

Sala das Sessões, em 27.06.91.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 1648

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, usando de suas prerrogativas regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, seja inserido nos anais desta sessão, um voto de congratulação pela comemoração do Centenário da 5.ª Região Militar, a transcorrer no dia 02 de julho próximo futuro.

Com efeito, a Região Militar com jurisdição nos Estados do Paraná e Santa Catarina, chamada de Região dos Heróis da Lapa, constituída em divisão administrativa de cunho territorial do Exército Brasileiro, jurisdiciona uma das mais importantes áreas do Brasil, onde habita um povo ordeiro, trabalhador e pacífico.

Os militares que nela servem se cobriram de glória há quase um século, quando sustentaram, sob o comando do heróico General Ernesto Gomes Carneiro, a bandeira republicana contra as tentativas de ruptura da ordem que a assaltavam.

Foi na Lapa que se consolidou a República, em 1984, com o sangue dos bravos soldados e patriotas congregados em torno da bandeira do então 5º Distrito Militar.

Hoje comandada pelo ilustre General Bezerra Leonel, um chefe militar digno, de comprovada competência e de espírito democrático, a região dos Heróis da Lapa chega ao centenário cumprindo suas finalidades e sustentando a defesa territorial da Nação, fiel à vocação superior do Exército de Caxias.

Por isso colhemos a oportunidade da manifestação desta Casa, que requeremos seja expressada aos ilustres oficiais e soldados que servem na 5ª Região Militar, na pessoa do seu Comandante, General de Divisão Bezerra Leonel - como evidência de que este Poder representativo do povo do Paraná se associa às comemorações do centenário, irmanando-se na órbita civil aos mesmos princípios de amor à Pátria, cum-

Curitiba, quinta, em 27.06.91

primento do dever e defesa das instituições democráticas.

Sala das Sessões, em 27.06.91.

(a) ANIBAL KHURY

REQUERIMENTO N° 1643

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o douto Plenário, desta Casa, REQUER, um Voto de Apoio à Paralisação dos Funcionários do Banco do Brasil, que reivindicam reposição de 126%.

Requeiro ainda, após aprovação deste, seja enviado expediente ao Presidente do Banco, bem como, à sua Diretoria.

Sala das Sessões, em 27.06.91.

(a) JOSÉ TAVARES

JUSTIFICATIVA:

Como os funcionários do Banco do Brasil reivindicam reposição de perda salarial, acumulada em 126%, desde setembro de 90, e o Governo não atende, entendo que, a paralisação é a única forma, para não dizer a mais extrema, de reivindicar.

Daí a razão do meu apoio e solidariedade a esse movimento.

REQUERIMENTO N° 1642

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o douto Plenário, desta Casa, solicita o envio de apelo ao Prefeito Municipal de Londrina - Sr. ANTÔNIO BELINATTI, no sentido de que atenda a reivindicação do SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, determinando o pagamento da metade do 13º salário.

Sala das Sessões, em 27.06.91

(a) JOSÉ TAVARES.

JUSTIFICATIVA:

Diante da reconhecida corrosão dos salários e da perda do poder aquisitivo da classe trabalhadora como um todo é em especial aos funcionários públicos do município de Londrina, apelo ao Senhor Prefeito que, determine o pagamento da metade do 13º salário, antecipadamente, como forma de minorar a situação aflitiva daqueles servidores.

REQUERIMENTO N° 1610

Senhor Presidente.

Rafael Greca de Macedo pede à Assembleia Legislativa do Paraná que honre sua tradição de espaço público voltado à liberdade democrática e ao bem comum, e, recordando ter sido o palco da criação da mais antiga universidade brasileira - em 1912 aprove moção de apoio à atual greve pela sua própria sobrevivência empreendida pela UFRP, com concordância entre os corpos de alunos, professores, funcionários e reitoria.

Aprovada a moção seja enviada na forma de telex, com o texto a seguir transcrito a todos os Deputados Federais, aos Senadores da República - da bancada do Paraná - e ao Magnífico Reitor da UFPR - Professor Carlos Alberto Faraco, bem como à Associação de Professores da UFPR.

Envie-se também a mesma moção ao Senador Darcy Ribeiro, do RJ, ilustre membro do PDT e doutor "in honoris causa" da Universidade Federal do Paraná - ainda antes de seu exílio.

(Texto da Moção a ser enviada em telex)

"A Assembléia Legislativa do Paraná, tendo presente:

A greve deflagrada pelo corpo de professores e funcionários da mais antiga Universidade brasileira, a Universidade Federal do Paraná, fundada em 19 de dezembro de 1912, no recinto desta mesma Assembléia, pede a atenção dos poderes públicos brasileiros, na pessoa dos representantes eleitos pelo povo do Paraná para o Legislativo, para a gravidade da situação.

E reafirma sua esperança de transformação do atual quadro ameaçador da Universidade Pública, gratuita e de qualidade, no Brasil, refletido por:

1 - salários baixos, que provocam a migração da massa cinzenta que deveria servir o setor público para a iniciativa privada, nem sempre nacional.

2 - Ausência de garantias amplas de liberação de verbas federais - aprovadas pelo Congresso - para o funcionamento das universidades, que tem "agonizado" progressivamente.

3 - Um insignificante investimento do PIB nacional em educação:

- O Brasil investe apenas 2,9% do seu PIB em educação, em contraposição aos países desenvolvidos que investem em média 6% do PIB em educação.

4 - Uma assustadora queda no investimento público em ciência e tecnologia, que era de 5,8% do orçamento específico federal em 1985 e hoje é de apenas 0,7%.

5 - Manifesta intenção do Governo Colômbia em fazer a introdução do ensino pago nas Universidades públicas federais, elitizando ainda mais o modelo nacional de educação.

É imperioso que os paranaenses se mobilizem na defesa da Universidade em geral, e da Universidade Federal do Paraná, em especial, pelo que ela representa como celeiro da consciência crítica do Estado.

Esta moção tem respaldo num texto votado em plenário a partir de proposta do Deputado Estadual Rafael Greca de Macedo."

Sala das Sessões, em 27.06.91

(a) RAFAEL GRECA DE MACEDO.

REQUERIMENTO N° 1596

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais e após ouvido o Plenário, REQUER sejam oficiados os Excelentíssimos Senhores Governador do Estado do Paraná, Roberto Requião de Mello e Silva, e Secretário de Estado da Fazenda do Paraná, Eron Arzua, sobre a manifestação desta Assembléia Legislativa acerca da necessidade da urgente reativação da Delegacia da Receita Estadual no município de Paranavaí.

Aproveitamos o ensejo para reiterar a Vossa Excelência nossos mais sinceros votos de consideração, respeito e apreço.

Sala das Sessões, em 27.06.91.

(a) PAULO MAIA

JUSTIFICATIVA:

A desativação da Delegacia da Receita Estadual no município de Paranavaí no governo estadual anterior representou a evasão de receita tributária que poderia fomentar o desenvolvimento estadual e também um transtorno muito grande aos comerciantes e industriais da região. Em se tratando, no Noroeste do Estado, de uma área de fronteira com os Estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul, necessário faz-se a reativação desta delegacia de tributos estaduais para evitar-se que a receita estadual seja sonegada e o progresso da região comprometido.

Efetivamente a região é grande produtora de riquezas que circulam numa área de fronteira, o que pode trazer prejuízos incalculáveis em razão de sua evasão para São Paulo e Mato Grosso do Sul. A transferência do poder de polícia sobre a arrecadação de tributos para a regional de Maringá, por sua vez, representa um transtorno muito grande para os empresários da região de Paranavaí, que são obrigados a buscar a Delegacia de Maringá, além de não contribuir para a receita do Estado, sendo verdadeiro convite à sonegação, principalmente diante da reduzida capacidade instalada na própria Delegacia de Maringá para fiscalizar uma área tão grande sob sua jurisdição.

REQUERIMENTO N° 1598

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após manifestação do Plenário, REQUER o encaminhamento ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Paraná - Dr. Roberto Requião de Mello e Silva, da documentação em anexo e que consta dos Ofícios número 227/91 da Prefeitura Municipal de Mandaguçu, e ofício s/n° da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Mandaguçu referente à solicitação de doação de veículo-kombi para transporte de alunos excepcionais.

Sala das Sessões, em 27.06.91.

(a) JOÃO PREIS

REQUERIMENTO N° 1602

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER seja enviado expediente ao Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública, no sentido de que seja implementado sistema especial de segurança nas escolas da rede Pública Estadual, sendo atendimento específico com a designação de um policial militar em cada Escola, em tempo integral quando do período letivo, e que o serviço de ronda e patrulhamento se desenvolva regularmente nas proximidades, a fim de evitar maiores danos aos jovens e crianças que freqüentam estas escolas.

Sala das Sessões, em 27.06.91.

(a) CARLOS SIMÕES

JUSTIFICATIVA:

Os problemas decorrentes da falta de segurança em nosso Estado são tão sérios, que, efetivamente, sabemos que se necessita de uma reformulação geral em todos os campos de atividade para que se possa resolver em curto prazo, mas contamos com a compreensão das autoridades da área para que se priorize as áreas de grande fluxo de jovens, como é o caso dos colégios, não apenas reprimindo ou evitando que ocorram assaltos ou algo do gênero, mas o tráfico de drogas, que atingem jovens curiosos, por ser fator próprio da idade.

Contamos com prestação do serviço solicitado para que as famílias dos alunos que freqüentam, principalmente escolas públicas, consigam ter um pouco mais de tranquilidade. É o nosso pedido.

REQUERIMENTO N° 1609

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de expediente ao Tribunal Regional do Trabalho, n/Capital, para que seja apreciado com prioridade, Ação de Reintegração às suas funções de Mecânico, Aparecido Custódio da Silva, onde exerce por mais de 13 (treze) anos nas Indústrias Bosch.

Sala das Sessões, em 27.06.91.

(a) GERALDO CARTÁRIO

JUSTIFICATIVA:

O mecânico operador de máquinas, Aparecido Custódio da Silva, funcionário há mais de treze (13) anos nas Indústrias Bosch, na CIC de Curitiba, foi sumariamente demitido "por justa causa", por ter sido eleito com mais de 90% (noventa por cento) dos operários, como representante da CIPA - Comissão Interna de Prevenção de Acidentes, na referida indústria.

Custódio já foi indicado como "Operá-

rio Padrão" na empresa que hoje o demite, alegando "justa causa", sem ao menos observar as Consolidações das Leis do Trabalho.

REQUERIMENTO N° 1626

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja enviado Expediente Oficial ao Ilustríssimo Delegado do Ministério da Agricultura, no Paraná, no sentido de que seja viabilizado estudos para a cessão ou comodato do imóvel pertencente ao "extinto" Instituto Brasileiro do Café - IBC, em Umuarama, para instalação da Câmara Municipal daquele município.

Do aprovado, requer ainda, comunicação ao Excelentíssimo Senhor Alexandre Ceranto, Digníssimo Prefeito Municipal e ao Ilustre Vereador e Presidente da Câmara, Senhor Inácio Pereira Pinto.

Sala das Sessões, em 27.06.91.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

O imóvel em tela, está localizado no Centro Cívico, ao lado dos Poderes Executivo e Judiciário.

O Poder Legislativo, está instalado distante do local e funciona em prédio alugado com instalações inadequadas e imprevistas. Como o IBC foi extinto e o prédio reivindicado encontra-se ocioso, o mesmo poderia suprir as necessidades de funcionamento daquela Casa de Leis.

REQUERIMENTO N° 1630

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de expediente à Secretaria dos Transportes, solicitando pavimentação asfáltica ou com pedras irregulares, no trecho que liga a BR-373 até a localidade de Três Palmeiras, na Região de Guarapuava, distrito de Cândói.

Sala das Sessões, em 27.06.91.

(a) CEZAR SILVESTRI

JUSTIFICATIVA:

Esta iniciativa, de solicitar a pavimentação asfáltica ou pelo menos com pedras irregulares, nessa rodovia, é uma antiga e justa reivindicação das lideranças comunitárias e políticas daquela Região, na expectativa de que o Poder Público Estadual, possa lhes oferecer melhores condições de trafegabilidade, eis que se trata de uma rodovia de tráfego intenso e geralmente pesado, que atende uma região importantíssima que é sabidamente uma das mais produtivas do Estado, que não possui melhor meio para escoamento de seus produtos.

Saliente-se também, a dificuldade que encontram os usuários dessa rodovia, especialmente em épocas chuvosas, quando torna-se praticamente impossível o trânsito de veículos, daí nossa solicitação, que irá em muito beneficiar aquela população ordeira e laboriosa que tantas divisas tem trazido ao nosso Estado, através de sua produção.

REQUERIMENTO N° 1631

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de expediente à Secretaria dos Transportes, solicitando pavimentação asfáltica no trecho que liga o distrito da Paz até a localidade de Rio Novo. Em não sendo possível o asfalto, solicita pavimentação com pedras irregulares.

Sala das Sessões, em 27.06.91.

(a) CEZAR SILVESTRI

JUSTIFICATIVA:

Esta iniciativa, de solicitar a pavimentação asfáltica ou pelo menos com pedras irregulares, nessa rodovia, é uma antiga e justa reivindicação das lideranças comunitárias e políticas daquela Região, na expectativa de que o Poder Público Estadual, possa lhes oferecer melhores condições de trafegabilidade, eis que se trata de uma rodovia de tráfego intenso e geralmente pesado, que atende uma região importantíssima que é sabidamente uma das mais produtivas do Estado, que não possui melhor meio para escoamento de seus produtos.

Saliente-se também, a dificuldade que encontram os usuários dessa rodovia, especialmente em épocas chuvosas, quando torna-se praticamente impossível o trânsito de veículos, daí nossa solicitação, que irá em muito beneficiar aquela população ordeira e laboriosa que tantas divisas tem trazido ao nosso Estado, através de sua produção.

REQUERIMENTO N° 1632

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de expediente à Secretaria dos Transportes, solicitando pavimentação asfáltica ou com pedras irregulares, no trecho que liga a BR-373 até a localidade de São Pedro, distrito de Cândói, na Região de Guarapuava.

Sala das Sessões, em 27.06.91.

(a) CEZAR SILVESTRI

JUSTIFICATIVA:

Esta iniciativa, de solicitar a pavimentação asfáltica ou pelo menos com pedras irregulares, nessa rodovia, é uma an-

tiga e justa reivindicação das lideranças comunitárias e políticas daquela Região, na expectativa de que o Poder Público Estadual, possa lhes oferecer melhores condições de trafegabilidade, eis que se trata de uma rodovia de tráfego intenso e geralmente pesado, que atende uma região importantíssima que é sabidamente uma das mais produtivas do Estado, que não possui melhor meio para escoamento de seus produtos.

Saliente-se também, a dificuldade que encontram os usuários dessa rodovia, especialmente em épocas chuvosas, quando torna-se praticamente impossível o trânsito de veículos, daí nossa solicitação, que irá em muito beneficiar aquela população ordeira e laboriosa que tantas divisas tem trazido ao nosso Estado, através de sua produção.

REQUERIMENTO N° 1633

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, o envio de expediente à Secretaria dos Transportes, solicitando pavimentação asfáltica ou com pedras irregulares, no trecho que liga a BR-373 até a localidade de Passo Grande, Distrito de Cândói, na Região de Guarapuava.

Sala das Sessões, em 27.06.91.

(a) CEZAR SILVESTRI

JUSTIFICATIVA:

Esta iniciativa, de solicitar a pavimentação asfáltica ou pelo menos com pedras irregulares, nessa rodovia, é uma antiga e justa reivindicação das lideranças comunitárias e políticas daquela Região, na expectativa de que o Poder Público Estadual, possa lhes oferecer melhores condições de trafegabilidade, eis que se trata de uma rodovia de tráfego intenso e geralmente pesado, que atende uma região importantíssima que é sabidamente uma das mais produtivas do Estado, que não possui melhor meio para escoamento de seus produtos.

Saliente-se também, a dificuldade que encontram os usuários dessa rodovia, especialmente em épocas chuvosas, quando torna-se praticamente impossível o trânsito de veículos, daí nossa solicitação, que irá em muito beneficiar aquela população ordeira e laboriosa que tantas divisas tem trazido ao nosso Estado, através de sua produção.

REQUERIMENTO N° 1634

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de expediente à Secretaria dos Transportes, solicitando pavimentação as-

fáltica ou com pedras irregulares, no trecho que liga a BR-277 à Colônia São Judas Tadeu, distrito de Candói, no Município de Guarapuava.

Sala das Sessões, em 27.06.91.

(a) CEZAR SILVESTRI

JUSTIFICATIVA:

Esta iniciativa, de solicitar a pavimentação asfáltica ou pelo menos com pedras irregulares, nessa rodovia, é uma antiga e justa reivindicação das lideranças comunitárias e políticas daquela Região, na expectativa de que o Poder Público Estadual, possa lhes oferecer melhores condições de trafegabilidade, eis que se trata de uma rodovia de tráfego intenso e geralmente pesado, que atende uma região importantíssima que é sabidamente uma das mais produtivas do Estado, que não possui melhor meio para escoamento de seus produtos.

Saliente-se também, a dificuldade que encontram os usuários dessa rodovia, especialmente em épocas chuvosas, quando torna-se praticamente impossível o trânsito de veículos, daí nossa solicitação, que irá em muito beneficiar aquela população ordeira e laboriosa que tantas divisas tem trazido ao nosso Estado, através de sua produção.

REQUERIMENTO N° 1635

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de expediente à Secretaria dos Transportes, solicitando pavimentação asfáltica ou com pedras irregulares, no trecho que liga a BR-277 ao distrito de Guai-racá, indo até Marreca dos Índios, já no município de Turvo, Região de Guarapuava.

Sala das Sessões, em 27.06.91.

(a) CEZAR SILVESTRI

JUSTIFICATIVA:

Esta iniciativa, de solicitar a pavimentação asfáltica ou pelo menos com pedras irregulares, nessa rodovia, é uma antiga e justa reivindicação das lideranças comunitárias e políticas daquela Região, na expectativa de que o Poder Público Estadual, possa lhes oferecer melhores condições de trafegabilidade, eis que se trata de uma rodovia de tráfego intenso e geralmente pesado, que atende uma região importantíssima que é sabidamente uma das mais produtivas do Estado, que não possui melhor meio para escoamento de seus produtos.

Saliente-se também, a dificuldade que encontram os usuários dessa rodovia, especialmente em épocas chuvosas, quando torna-se praticamente impossível o trânsito de veículos, daí nossa solicitação, que irá em muito beneficiar aquela população

ordeira e laboriosa que tantas divisas tem trazido ao nosso Estado, através de sua produção.

REQUERIMENTO N° 1636

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de expediente à Secretaria dos Transportes, solicitando pavimentação asfáltica ou com pedras irregulares, no trecho que liga a PR-460 até a localidade de Ibema, no município de Turvo.

Sala das Sessões, em 27.06.91.

(a) CEZAR SILVESTRI

JUSTIFICATIVA:

Esta iniciativa, de solicitar a pavimentação asfáltica ou pelo menos com pedras irregulares, nessa rodovia, é uma antiga e justa reivindicação das lideranças comunitárias e políticas daquela Região, na expectativa de que o Poder Público Estadual, possa lhes oferecer melhores condições de trafegabilidade, eis que se trata de uma rodovia de tráfego intenso e geralmente pesado, que atende uma região importantíssima que é sabidamente uma das mais produtivas do Estado, que não possui melhor meio para escoamento de seus produtos.

Saliente-se também, a dificuldade que encontram os usuários dessa rodovia, especialmente em épocas chuvosas, quando torna-se praticamente impossível o trânsito de veículos, daí nossa solicitação, que irá em muito beneficiar aquela população ordeira e laboriosa que tantas divisas tem trazido ao nosso Estado, através de sua produção.

REQUERIMENTO N° 1637

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de expediente à Secretaria dos Transportes, solicitando pavimentação asfáltica ou com pedras irregulares, no trecho que liga a BR-373 à Cachoeira, até a ilha do Cavernoso, na Região de Guarapuava, Distrito de Paz.

Sala das Sessões, em 27.06.91.

(a) CEZAR SILVESTRI

JUSTIFICATIVA:

Esta iniciativa, de solicitar a pavimentação asfáltica ou pelo menos com pedras irregulares, nessa rodovia, é uma antiga e justa reivindicação das lideranças comunitárias e políticas daquela Região, na expectativa de que o Poder Público Estadual, possa lhes oferecer melhores condições de trafegabilidade, eis que se trata de uma rodovia de tráfego intenso e geralmente pesado, que atende uma região im-

portantíssima que é sabidamente uma das mais produtivas do Estado, que não possui melhor meio para escoamento de seus produtos.

Saliente-se também, a dificuldade que encontram os usuários dessa rodovia, especialmente em épocas chuvosas, quando torna-se praticamente impossível o trânsito de veículos, daí nossa solicitação, que irá em muito beneficiar aquela população ordeira e laboriosa que tantas divisas tem trazido ao nosso Estado, através de sua produção.

REQUERIMENTO N° 1638

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de expediente à Secretaria dos Transportes, solicitando a pavimentação asfáltica ou com pedras irregulares, no trecho que liga a localidade de Dois Pinheiros, passando por Rondinha, até a Usina de Salto Segredo, no município de Pinhão.

Sala das Sessões, em 27.06.91.

(a) CEZAR SILVESTRI

JUSTIFICATIVA:

Esta iniciativa, de solicitar a pavimentação asfáltica ou pelo menos com pedras irregulares, nessa rodovia, é uma antiga e justa reivindicação das lideranças comunitárias e políticas daquela Região, na expectativa de que o Poder Público Estadual possa lhes oferecer melhores condições de trafegabilidade, eis que se trata de uma rodovia de tráfego intenso e geralmente pesado, que atende uma região importantíssima que é sabidamente uma das mais produtivas do Estado, que não possui melhor meio para escoamento de seus produtos.

Saliente-se também, a dificuldade que encontram os usuários desta rodovia, especialmente em épocas chuvosas, quando torna-se praticamente impossível o trânsito de veículos, daí nossa solicitação, que irá em muito beneficiar aquela população ordeira e laboriosa que tantas divisas têm trazido ao nosso Estado, através de sua produção.

REQUERIMENTO N° 1641

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o douto Plenário desta Casa, solicita o envio de expediente aos Excelentíssimos Senhores Ministro da Economia, Agricultura; bem como ao Diretor da Carteira Agrícola do Banco do Brasil, no sentido de que sejam prorrogados os vencimentos dos financiamentos agrícolas (custeio agrícola).

Sala das Sessões, em 27.06.91.

(a) JOSÉ TAVARES

JUSTIFICATIVA:

Apelamos para a prorrogação dos vencimentos dos financiamentos agrícolas, que estão vencendo, tendo em vista que o nosso agricultor, bastante descapitalizado em razão das constantes mudanças na economia do País, não reúne condições a curtíssimo prazo para saldar suas obrigações bancárias.

REQUERIMENTO N° 1645

SÚMULA: Requer envio de expediente às autoridades abaixo relacionadas.

São as seguintes as autoridades:

- 1) Excelentíssimo Senhor JOÃO SANTANA, D.D. Ministro de Estado da Infra-Estrutura;
- 2) Excelentíssimo Senhor ROBERTO REQUIÃO, D.D. Governador do Estado do Paraná;
- 3) Ilustríssimo Senhor JOSÉ HENRIQUE DE AMORIN FIGUEIREDO, D.D. Secretário Nacional de Transportes.

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente às autoridades acima mencionadas, visando a manutenção de acordo através do qual o DNER permitiu aos transportadores da zona de influência do Porto Seco de Barracão/Dionísio Cerqueira (SC) utilizarem uma tonelage ou "cupu" de transporte internacional.

Sala das Sessões, em 27.06.91.

(a) ADEMAR TRAIANO

JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento tem por finalidade solicitar seja mantido o acordo firmado em 13 de novembro de 1981, na localidade de BERNARDO IRIGOYEN, PROVÍNCIA DE MISSIONES, REPÚBLICA DA ARGENTINA, quando realizou-se reunião bilateral dos Organismos de Aplicação do Convênio sobre o Transporte Internacional Terrestre da República da Argentina e da República do Brasil.

O referido acordo foi firmado pelo Engenheiro Luiz J. Fernandes Alonso, chefe da delegação argentina, e pelo Engenheiro Paulo Alvin Monteiro de Castro, chefe da delegação do Brasil.

De acordo com um dos itens deste acordo, o DNER permitiu aos transportadores da zona de influência do Porto Seco de Barracão/Dionísio Cerqueira (SC), utilizarem uma tonelage ou "cupu" de transporte internacional, fazendo com que os transportadores da Região Sudoeste do Paraná e Oeste de Santa Catarina pudessem operar na Argentina e, da mesma forma, com caminhões argentinos entrando no Brasil. Tal siste-

mática oferece grandes vantagens aos transportadores da região.

De acordo com informações a nós prestadas, por pressão da Associação Brasileira dos Transportadores Internacionais - ABTI, foi suspenso o credenciamento dos transportadores da região, sendo esta a principal causa da redução e desativação do Porto Seco, havendo portanto, a necessidade de gestionar-se junto à Secretaria Nacional dos Transportes, a fim de que volte a vigorar o regime anterior, o qual contemplava, inclusive, o transbordo de cargas na fronteira.

REQUERIMENTO N° 1624

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando das suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja remetida correspondência endereçada ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado do Trabalho e Ação Social, solicitando o encaminhamento do Projeto Gralha Azul na municipalidade de TEIXEIRA SOARES.

Indiscutivelmente desenvolvendo uma administração com a completa participação democrática da população, através dos seus setores organizados, as obras se concretizam a partir da própria iniciativa e do envolvimento comunitário.

Assim sendo, a filosofia do Projeto Gralha Azul, de inegável alcance social, vem ao encontro às metas traçadas pelo Poder Público local, razão pela qual é feito este apelo, em nome do Senhor Prefeito João Inácio Roos.

Aguarda-se o respaldo por parte dessa Pasta, no menor prazo de tempo possível.

Sala das Sessões, em 27.06.91.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 1625

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando das suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja remetido expediente ao Ilustríssimo Senhor responsável pelo Comando da Polícia Militar, para que o município de INÁCIO MARTINS venha a pertencer ao Batalhão sediado em IRATI e não mais a GUARAPUAVA.

Consubstanciado na iniciativa do ilustre Prefeito daquela progressista cidade, Senhor Pedro Ivo Gonçalves, e conforme a correspondência que segue em anexo, são muitos os transtornos verificados atualmente quando se necessita de amparo policial, cada vez mais inviável aguardar atendimento por parte de Guarapuava. Neste sentido, Irati, como sede da Região Centro-Sul, é onde Inácio Martins está mais diretamente vinculado, sendo inclusive a sede da Comarca.

Curitiba, quinta, em 27.06.91

Em face do exposto, espera-se a consideração do assunto em tela, adotando-se as medidas cabíveis no menor prazo de tempo possível.

Sala das Sessões, em 27.06.91.

(a) TOTI COLAÇO

"PREFEITURA MUNICIPAL DE INÁCIO MARTINS

Estado do Paraná

Ofício n° 135/91

Inácio Martins, 19 de junho de 1991.

Ref. Mudança de subordinação de Polícia Militar.

Senhor Deputado.

Vimos através do presente na presença de Vossa Excelência, solicitar vossa atenção e empenho, quanto à possibilidade de nosso município passar à subordinação da Polícia Militar de Irati, visto na atualidade pertencermos ao policiamento de Guarapuava.

Por outro lado, informamos que tal solicitação prende-se ao fato de que somos atendidos quanto ao serviço do Corpo de Bombeiros de Irati e pertencermos à Comarca também de Irati, ficando desta forma, tudo mais fácil para a solução de nossos problemas, visto que está no caminho da Capital, aonde sempre estamos e Guarapuava está fora de mão, bem como a sede de nossa associação também estar neste município.

Sendo o que se nos apresenta para o momento, e contando desde já com vossa costumeira atenção, aproveitamos o ensejo para renovarmos nossos protestos da mais alta estima e distinta consideração.

Atenciosamente.

(a) PEDRO IVO GONÇALVES

Prefeito Municipal

Ao Exmo. Sr.

Dr. ANTONIO T. C. VAZ

DD. Deputado Estadual

Assembléia Legislativa

Curitiba - Paraná"

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 280/91

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica criada a UNIVERSIDADE METROPOLITANA DE CURITIBA, sob regime de autarquia.

Art. 2° - A UNIVERSIDADE METROPOLITANA DE CURITIBA será constituída pela dotação de recursos da Educação Superior, no Orçamento Geral do Estado, e se organizará progressivamente, em um programa de expansão gradual, aproveitando como sede as instalações do extinto Colégio Militar de Curitiba e outras que tenham espaço e ociosidade.

Art. 3° - A UNIVERSIDADE METROPOLITANA DE CURITIBA (UNIMEC) terá sua estrutura física diversificada em prédios estaduais existentes, com sede e reitoria na Capital do Paraná.

Art. 4° - Fica criada Comissão Organizativa e Constitutiva da UNIMEC, composta de 7 (sete) membros, sob coordenação de um representante da Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior do Paraná.

Art. 5° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27.06.91.

(a) GERALDO CARTÁRIO

Apoiamto: Carlos Simões, Emília Belinati, Cleiton Kielse, Anibal Khury, Nelson Justus, Alceu Swarowski, Luiz Carlos Martins, Doutor Rosinha, Nelvo Beraldin e Renato Adur.

JUSTIFICATIVA:

Com a instituição do ensino superior, a expensa do Estado, em Maringá, Londrina, Ponta Grossa, Cascavel, Cornélio Procopio, Palmas, Paranaguá e outras, não cessou a carência de melhor distribuição dos cursos superiores e não desapareceu o direito dos paranaenses de terem melhor acesso à educação universitária.

A omissão do Governo Federal, da sua responsabilidade para com a formação universitária no Paraná, acutela os governos democráticos para uma atitude lúcida e firme, no sentido de não transformar esses direitos de acesso educacional em pendenga política, em entrechoque político que procrastine os direitos democráticos. Daí a razão deste projeto de lei.

A Região Metropolitana de Curitiba abriga cerca de 1/3 da população do Estado e os estudantes, filhos de famílias de baixa renda, estão disputando vagas com vestibulandos de todo o País, na Universidade Federal do Paraná, e com todos os estudantes de alta e média renda, se e quando tentam obter uma vaga nas faculdades privadas.

Sabemos que a interiorização do ensino superior no Paraná, justamente quando se acelerava o êxodo rural, acabou obscurecendo a nova realidade social e cultural que se formava na Região Metropolitana de Curitiba, hoje com enorme e pouco avaliado "déficit" de vagas nas escolas de 3° grau.

Estamos tentando reparar esta situação, ainda que o Governo do Estado se lastime dos custos da educação superior, estipendiada pelo Estado. Todavia, há coisas que, como se diz: "é pegar ou largar"; "cumprir ou deixar como está".

PROJETO DE LEI N° 281/91
A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE TERRA BOA - APAE, com sede no município de Terra Boa.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27.06.91.

(a) JOÃO PREIS

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende declarar de Utilidade Pública, vem se destacando junto à comunidade de nosso Estado e em particular no município de Terra Boa.

As suas atividades comprovam a sua efetiva e notada atividade em prol do desenvolvimento de suas finalidades estatutárias.

A documentação que acompanha a presente proposição, comprova o preenchimento das exigências legais previstas pela legislação estadual, pertinentes à matéria.

Diante dos argumentos expostos, esperamos o devido apoio dos nobres Pares para a aprovação da presente iniciativa, por ser matéria de inteira justiça.

PROJETO DE LEI N° 282/91

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1° - Ficam isentas do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS, pelo período de 10 (dez) anos a contar do início de seu funcionamento, as indústrias de alimentos que fabricarem produtos pobres em proteínas destinadas ao consumo das pessoas portadoras de fenilcetonúria e homocistinúria.

§ 1° - Caso a indústria opere no fabrico de outros alimentos além dos descritos no caput deste artigo, a isenção será de:

I - 100% (cem por cento) para os produtos pobres em proteínas;

II - 5% (cinco por cento) para os demais produtos.

§ 2° - Os rótulos dos produtos beneficiados com a isenção descrita no inciso I do parágrafo anterior deverão estampar os conteúdos de fenilalanina e metionina.

Art. 2° - Até que venha a existir, em território brasileiro, indústria de alimentos pobres em proteínas, o Estado do Paraná importará e fornecerá gratuitamente alimentação própria aos portadores de fenilcetonúria e homocistinúria, cujas famílias residam no Estado e procedam ao respectivo cadastramento junto à Secretaria de Estado da Saúde.

Art. 3° - As remessas de pagamento relativas à importação dos produtos descritos nesta lei feitas pelo Banco do Estado

do Paraná S.A., mesmo que por importações feitas por particulares, serão isentas de qualquer taxa ou comissão.

Art. 4° - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 5° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 27.06.91.

(a) DOUTOR ROSINHA

(a) ERNANI PUDELL

(a) OVÍDIO CONSTANTINO

JUSTIFICATIVA:

A fenilcetonúria ou oligofrenia fenil-piúvica é uma doença causada pela deficiência de uma enzima: a fenilalanina-hidroxilase no organismo humano. Como consequência há aumento de fenilalanina e de seus metabólitos nos tecidos, com eliminação urinária destes últimos.

Esta doença apresenta como marca principal nos pacientes a deficiência mental. A maioria apresenta um Q.I. inferior a 20.

A doença hoje é identificada na fase inicial da vida, ou seja, no recém-nascido, antes que se instale qualquer lesão neurológica.

Feito o diagnóstico, o tratamento consiste na utilização de dietas isentas de fenilamina, logicamente o mais precoce possível.

A homocistinúria, doença também causada por um erro de metabolismo, tem como marca as alterações físicas. O tratamento consiste em dieta pobre ou isenta de metionina.

A fenilamina e a metionina são proteínas. No Brasil não são industrializados alimentos pobres em proteínas, sendo importados para o tratamento desses pacientes às custas de um pesado ônus financeiro e incontáveis transtornos burocráticos.

Nosso projeto visa estimular a instalação deste tipo de indústria no nosso Estado. Além dos empregos novos que serão oferecidos, ela é de grande utilidade social, pelo número de pessoas que serão atendidas em todo o País.

Enquanto não houver instalação destas indústrias visando que todos os portadores tenham maior facilidade para o seu tratamento, obrigando o Estado a importar estes alimentos e ao BANESTADO a não cobrar qualquer taxa ou comissão pela importação.

Em vista do relevante caráter social da matéria, contamos com o apoio unânime dos Senhores Deputados e a consequente aprovação do presente.

PROJETO DE LEI N° 283/91

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1° - Todas as agências e postos bancários, estabelecimentos de crédito financeiro e instituições similares, devida-

Curitiba, quinta, em 27.06.91

mente estabelecidos no Estado do Paraná, ficam obrigados a dar atendimento prioritário e especial às seguintes pessoas, que, por sua vez, ficam desobrigadas, a qualquer tempo, a aguardar a vez em filas, mesmo aquelas externas de aguardo ao horário de abertura e início de expediente, quando também terão preferência, sempre, e em todas as circunstâncias:

I - idosos a partir de 65 anos de idade;

II - portadores de deficiência física que impliquem em dificuldades de locomoção ou permanência em pé;

III - mulheres grávidas;

IV - mães com crianças de colo ou lactentes;

V - doentes graves.

Art. 2° - O direito assegurado pela presente lei aplica-se indistintamente a clientes ou não de serviço das instituições mencionadas.

Art. 3° - Às administrações ou gerências dos estabelecimentos em pauta fica instituída a competência de fazer respeitar os incisos de I a V do art. 1° desta lei.

Art. 4° - Compete também às entidades previstas a competência de afixar, interna e externamente, em locais visíveis ao público em geral, a critério de cada uma, a custo próprio, placas e cartazes informativos contendo citações da lei e respectivo número, especificando a prioridade de atendimento às pessoas beneficiadas e enquadradas.

Art. 5° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27.06.91.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

JUSTIFICATIVA:

Antepondo-se à norma legal, vem a norma social, fazendo prevalecer a regra de conduta humana que advém da educação, da sociabilidade das pessoas, como, na prática, se assistia, num passado não muito distante, na condução das pessoas na sociedade, primando por se dar preferência a idosos, deficientes físicos, mães com crianças lactentes, gestantes e às senhoras.

Entretanto, a vida agitada e moderna, marcada pelo acúmulo de compromissos diários foi sobrepujando o comportamento das pessoas aos seus imediatos interesses.

E as filas que tornaram-se marca registrada de um mundo em constante evolução, vão, infelizmente, gerando um direito de precedência que não respeita mais as regras da educação, do cavalheirismo e da vida social.

As filas resultam, nos estabelecimentos citados, da centralização de inúmeras espécies de serviços de atendimento ao

público. Além de operações financeiras típicas, os estabelecimentos financeiros e similares, são também utilizados pelo grande público para pagamentos de contas diversas, tributos em geral e outros, assim como também ao recebimento de dividendos.

São filas morosas, cansativas e que impacientam o público em geral, trazendo transtornos e criando momentos desgastantes e penosos.

Se às pessoas que não se enquadram ao benefício da proposição em tela, apresentam-se situações tão desagradáveis, imagine-se os incontáveis problemas que decorrem da permanência em fila àquelas que se quer beneficiar.

Pretende-se, pois, com a proposição desta Lei, ordenar legalmente o atendimento prioritário, preferencial e especial aos mais idosos, deficientes físicos, doentes graves, gestantes e mães na forma que especifica, instrumentalizando a sociedade com uma norma, que é a de comportamento social, garantindo-lhes o conforto do fim de espera em longas filas diárias nos estabelecimentos mencionados. Situação que poderia ser conduta normal de cortesia e consciência mas que, como citamos, não acontece mais nos dias atuais.

É o mínimo que se pode fazer. Ideal e correto seria que fosse respeitada a colocação de cada pessoa na fila e que as instituições citadas colocassem nos seus guichês um maior número de funcionários-caixas necessários a um melhor e acelerado atendimento ao público em geral. Face à contenção de despesas operacionais não é o que ocorre, infelizmente.

Ante o exposto, contamos com a compreensão dos nobres pares quanto ao mérito do Projeto de Lei em pauta para apreciação e aprovação unânime em Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Finda a leitura do Expediente.

A Presidência comunica que se encontra em visita nesta Casa, o vice-Prefeito de Santo Antônio do Sudoeste, Flávio Estopel, e os Vereadores Heitor Rodrigues, Claudimar Milani, Aécio Corinati e Ademar Santin.

Com a palavra o Deputado Alceu Swarowski, 1º orador inscrito.

O SR. ALCEU SWAROWSKI - Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados, servidores desta Casa, imprensa, presentes.

Lendo, com a devida atenção, algumas reportagens sobre a questão das fundações públicas e de suas transformações em autarquias no Jornal "Indústria e Comércio" dos dias 22, 23 e hoje no "Jornal do Estado", e analisando o respeitável parecer do emérito professor, advogado Romeu Felipe

Barcelar Filho, professor da PUC, verificamos que aquele professor, após alinhar uma série de publicistas no seu Parecer volumoso de quinze laudas, onde transcreve conceitos clássicos e bem atualizados em face do texto da nova Constituição Federal sobre a diferenciação de autarquia comum e fundações públicas. Mas, preliminarmente, Senhores Deputados, já constatamos que o parecerista se esqueceu de juristas do porte de um Miguel Reale, de um Rui Cirne Lima, de um Geraldo Ataliba e do grande publicista de saudosa memória Hely Lopes Meirelles nas partes centrais da discussão do aspecto da dogmática jurídica. Chega até a afirmar aquele professor, com o nosso devido respeito, que autarquias especiais e Fundações de direito público se sinonimizam, são a mesma coisa, contrariando a própria decisão pretoriana em sucessivos julgados do Supremo Tribunal Federal de que a autarquia é sempre o gênero e a fundação de direito público é apenas a espécie, ou seja, um ramo, uma sub-divisão do gênero autarquia e, principalmente, de autarquia sob regime especial à semelhança do Banco Central, que é esse polvo que devora até as instituições de crédito deste País. O Banco Central, sim é, é uma autarquia de regime especial. Como poderemos comparar um Banco Central com as nossas fundações de direito público?

Diz mais aquele ilustre Professor, que é manifestamente inconstitucional a autarquização como oriunda de mensagem do Executivo Estadual, porque a nossa Carta Magna estatui no seu artigo 37, respectivo inciso, que somente por lei específica poderão ser criadas aquelas instituições de direito público e temerariamente, com o devido respeito, o ilustre parecerista, consultando o novo Aurélio, o finado Cândido de Figueiredo, lá de Portugal, esquecido que um professor de direito, com a devida vênica, não pode compulsar apenas os dicionários comuns, embora sua nomeada citados por ele. Onde nós vamos encontrar no dicionário, por exemplo, furto e roubo, como sinônimos, quando nós sabemos que na tecnologia jurídica furto é diferente de roubo.

Furto é a subtração da coisa alheia móvel, sem violência física à pessoa subtraída e roubo é a subtração da coisa alheia móvel, mediante violência física, portanto não são sinônimos, dentro da tecnologia jurídica.

Fala ele então ao invés de pegar um Pedro Nunes, que é um dicionário técnico jurídico, o José Nauffel vai pegar o novo Aurélio e temerariamente alargar um conceito de lei específica, configurando essa lei específica como a lei especial do "jus-especialis".

Uma lei especial, por exemplo, é um

novo ramo dentro do gênero do Direito, da parte Geral, a Lei do Inquilinato, o Estatuto dos Servidores Civis do Estado, a legislação específica do divórcio, a Pensão Alimentícia e não lei específica que significa relativo à espécie, como dizem os tratadistas de Direito Civil, do Público e Privado.

O que é a espécie? É a matéria que está sendo tratada. E qual a matéria que está sendo tratada?

A autarquização das Fundações Universitárias. Nada de Lei Especial. Diz mais ainda no seu Parecer, que a Lei n° 5540 de 1968 regulamenta o Ensino Superior no País, ela e mais a Lei n° 4020 de 1961, são as duas leis básicas que inclusive dão o roteiro preciso, que o ilustre professor de Direito esqueceu de trazer à baila nas suas quinze laudas.

Três protagonistas, três integrantes da relação jurídica a ser apreciada num processo de transformação de uma Fundação de Direito Público para Autarquia comum, deverão ser observados.

Um ato originário do Poder Público, do Executivo Estadual, um ato confirmatório da Assembléia Legislativa do Estado e o mais que se impõe pela lei citada pelo professor, n° 5540, a oitiva, a consulta do Conselho Estadual de Educação. Porque a criação, a transformação de qualquer autarquia ou de qualquer instituição de direito público, como as Fundações do Estado do Paraná, configuram um ato jurídico complexo. Portanto, é uma sucessão de atos que exigem o cumprimento de cada etapa desta sucessão de atos. O Poder Executivo participando como origem da Mensagem, como iniciativa privativa, a Assembléia Legislativa deliberando a respeito e por último, antes de ser encaminhado o projeto definitivo aprovado por esta Assembléia, se o for, ao Parecer prévio do Conselho Estadual de Educação por sua especialização, sim, aí, específica sobre assunto educacional no âmbito do Estado do Paraná.

Falou-se aqui também, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que haveria uma usurpação de poderes na Mensagem, como oriunda do Executivo, porque se estaria passando um cheque em branco ao Poder Executivo Estadual, em face...

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vossa Excelência está inscrito no Horário das Lideranças. Pode prosseguir.

O SR. ALCEU SWAROWSKI - Pois não, obrigado, Senhor Presidente.

Quando nós sabemos, Senhores Deputados, e não somos nós que falamos a respeito, é o Hely Lopes Meirelles, na sua última edição, mandada à impressão antes de seu falecimento. Diz claramente que a

instituição das Autarquias, ou seja, a sua criação, se faz por lei específica, mas a organização se opera por decreto, decreto que aprova o regulamento ou estatuto da entidade e daí por diante sua implantação se completa por atos da própria Diretoria, na forma regulamentar ou estatutária, independentemente de quaisquer registros públicos. Afora estes pormenores, Senhores Deputados, as autarquias apresentam-se com uma série de privilégios, uma amplitude bem maior do que as Fundações de direito público para toda a comunidade universitária: imunidade de impostos sobre o seu patrimônio; renda e serviços vinculados às suas finalidades; prescrição quinquenal de suas dívidas passivas; execução fiscal de seus créditos, de seus haveres e inscritos; ação regressiva contra seus servidores culpados por danos a terceiros; impenhorabilidade de seus bens e rendas; impossibilidade de usucapião de seus bens imóveis; recursos de ofício nas sentenças que julgarem improcedentes a execução de seus créditos fiscais; prazo em quádruplo para contestar e em dobro para recorrer; pagamento de custas somente a final, quando vencidas; juízo privativo de entidade estatal a que pertencem; ampliação do prazo para desocupação de prédio locado para seus serviços, quando decretado o despejo, não sujeição a concurso de credores ou a habilitação de crédito em falências, concordata ou inventário para cobrança de seus créditos, salvo para o estabelecimento de preferências entre as três Fazendas Públicas; retomada dos bens havidos ilicitamente por seus servidores impedimento de acumulação de cargos, empregos e funções para seus servidores; dispensa de exibição de instrumento de mandato em juízo pelos seus procuradores de seu quadro para os atos "ad-judicia", além de outros privilégios para o seu desempenho nas suas funções específicas", doutrina Hely Lopes Meirelles.

Daí porque, Senhores Deputados, votamos favoravelmente à autarquização das fundações de direito público do Estado do Paraná.

O Sr. Ovídio Constantino - Vossa Excelência me permite um aparte?

O SR. ALCEU SWAROWSKI - Se o Regimento permitisse, com muito prazer eu daria o aparte a Vossa Excelência.

O Sr. Ovídio Constantino - Vossa Excelência fala no Horário da Liderança e, portanto, é permitido o aparte.

O SR. ALCEU SWAROWSKI - Então, concedo com grande satisfação.

O Sr. Ovídio Constantino - Muito obrigado,

Deputado Alceu Swarowski. Vossa Excelência faz um longo discurso defendendo o voto no projeto do Governador Requião com referência à autarquia das fundações.

O que está em jogo na discussão em todo esse longo debate que vem se fazendo na Assembléia Legislativa e com a sociedade paranaense em geral, com os interessados, com as direções das faculdades, com os membros das fundações, não é a estrita discussão sobre autarquia e sobre fundação. O que está em jogo - e está muito bem claro para a sociedade paranaense - é a forma como o Governador Roberto Requião encaminha o projeto de autarquia, a forma autoritária, a forma arrogante, a forma inconstitucional, cujo parecer de inconstitucionalidade foi por unanimidade da Comissão de Constituição e Justiça.

Portanto, o que a sociedade paranaense

reivindica é a democratização da discussão, que não se dê um poder de tamanha forma ao Governador para que decida, a partir do que a Assembléia Legislativa abra mão das suas prerrogativas e decida por conta própria a forma como vai autarquizar as fundações. É isso que está em questionamento na sociedade paranaense, e é isso que eu acho que V.Exa., como membro Presidente da Comissão de Educação desta Assembléia Legislativa, deveria também brigar e lutar para que fosse democratizada essa discussão e que a sociedade paranaense pudesse participar, debatendo a forma de autarquizar as fundações.

Eu queria fazer essas observações ao que Vossa Excelência vem argumentando que, na minha avaliação, não é estritamente o que está em jogo porque o que está em discussão não é a simples transformação, mas a forma como ela vem sendo feita e levada na forma do "rolo compressor", como está sendo dito, dos membros desta Assembléia que dão sustentação ao Governo e pela forma como o Governador encaminha o Projeto para a Assembléia Legislativa. Muito obrigado.

O SR. ALCEU SWAROWSKI - Agradeço o aparte do ilustre Deputado Ovídio Constantino, e respondendo em partes. Em primeiro lugar efetivamente o nosso pronunciamento é bem mais reduzido do que as longas 15 laudas do ilustre Professor Parecerista.

Em segundo lugar, queremos dizer que não entendemos como manifestamente inconstitucional a Mensagem oriunda do Executivo. Poderia ser discutível se não houvesse a participação do Poder Legislativo e se não houver a participação do Conselho Estadual de Educação, que é único órgão legal e legitimamente determinado pela letra da Lei Maior Federal e Estadual para

que participe desse processo do ato complexo.

Agora, convenho com Vossa Excelência que poderia ter sido aberto fórum mais amplo para as discussões, mas discussões com entendimento, discussões que incomodem, que caustiquem, que provoquem até o próprio conflito, mas para a superação do conflito e não para a criação pura e simples de atitudes extremadas de gerar conflitos pelos conflitos. São palavras do ilustre petista Moacir Gadotti ilustre Professor deste País, do Partido de Vossa Excelência.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra o Deputado Albino Corazza.

O SR. ALBINO CORAZZA - Sr. Presidente, Sra. Srs. Deputados.

Ocupamos a tribuna nesta tarde, para fazer um breve relato dos trabalhos que o Bloco Parlamentar Municipalista desenvolveu durante esse mês de junho. Nós tivemos, ainda no dia de ontem, uma reunião do Bloco Parlamentar Municipalista, com a presença do Secretário Estadual da Educação, Professor Elias Abrahão, a presença também de 16 colegas estaduais, Deputados Estaduais e 17 Prefeitos, na sua grande maioria, presidentes das microrregiões do Estado do Paraná.

O assunto em debate na manhã de ontem, foi a questão do transporte escolar, o transporte escolar que hoje é assumido pelos municípios do Paraná. Nós sabemos que os Prefeitos são cobrados para cada vez mais, dar respostas às suas populações e os Prefeitos municipais já por alguns anos, estão gradativamente, assumindo mais esse ônus, dando oportunidade assim, para que a juventude tenha acesso às escolas públicas e ouvimos o depoimento de vários Prefeitos Municipais, colocando a realidade dos municípios, as dificuldades e isso está ocasionando aos cofres municipais. Houve depoimento unânime que esse transporte escolar trouxe uma melhoria considerável às escolas do Estado e do Município. Nós sabemos que no Interior do Paraná, o homem do campo, cada vez mais está procurando a cidade, e são poucas as escolas hoje, do Estado, que dão condições, no Interior do Município, de uma educação à altura que a juventude merece, o que tem ocasionado o transporte desses alunos para as sedes municipais, onde escolas com melhores condições dão oportunidade de educação a todos.

Esse ônus, após o depoimento dos Prefeitos Municipais, ouvimos o depoimento e uma proposta do Secretário Estadual de Educação, trazendo as dificuldades que existem, hoje tanto por parte dos municí-

pios e do Estado para assumir esse ônus e como proposta objetiva ao Secretário ao Bloco Municipalista e aos Prefeitos do Paraná, foi no sentido de que se destinassem uma parcela dos "royalties" que o Paraná deverá receber do Governo Federal conforme o projeto que tramita nesta Casa, de autoria do Deputado Caíto Quintana, onde sugere que 11%, que seriam destinados à construção de salas de aula, uma vez que o Governo do Estado está construindo essas salas hoje, fossem, através de Emenda, proposto para assumir o transporte escolar e repassar aos municípios.

Nós sabemos que a cobrança é permanente, as soluções às vezes, são demoradas. Os Prefeitos, o Presidente da Associação dos Municípios do Paraná, o Prefeito de Cambé, José do Carmo Garcia, propôs que antes ainda de recebermos os "royalties", houvesse um programa por parte do Governo do Estado e nós ouvimos também a possibilidade de que o Banco do Estado do Paraná possa abrir crédito para aquisição de ônibus por parte dos Prefeitos Municipais.

Nós registramos essa reunião de ontem e com muita satisfação, estamos sentindo que esse Bloco Parlamentar Municipalista, que foi instalado no dia 21 de maio, pelo Presidente desta Casa, começa, aos poucos, cumprir a sua missão e a sua função para a qual foi criado.

Pretendemos, a partir de agosto, com o apoio desta Casa, fazer com que este trabalho do Bloco Municipalista, possa juntamente com os municípios, com apoio do Governo do Estado, das suas Secretarias, possamos juntos dar respostas a todo povo do Paraná através de um apoio mais direto aos municípios do Paraná.

Pretendemos gestionar junto a Presidência dessa Casa a possibilidade de ter um espaço e funcionários para atender e dar seqüência a este trabalho do municipalismo, para o qual contamos com o apoio de todos.

Agradecemos e temos certeza de que o trabalho do municipalismo deverá corresponder às expectativas dos municípios do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Ademar Traiano.

O SR. ADEMAR TRAIANO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sra. Deputada. (LÊ)

"Desde 1919, quando o Paraná vivia o Histórico ciclo da Erva Mate, a então passagem entre o atual município de Barracão, no Sudoeste paranaense, e a localidade Argentina de Bernardo Irigoyen, que conjuntamente com o município catarinense de Dionísio Cerqueira formam a fronteira In-

Curitiba, quinta, em 27.06.91

ternacional, Brasil/Argentina, já era utilizada para o comércio entre os dois Países.

Na seqüência tivemos o ciclo econômico da madeira, o qual incrementou o trânsito de pessoas, mercadorias, e serviços na área em questão, e, desde então, tornou-se uma aspiração daquela população ver oficializado o porto seco de Barracão/Dionísio Cerqueira. Muito se tentou, mas na prática, pouco se conseguiu. Na medida em que, embora criado e instalado, por motivos que na seqüência deste Pronunciamento detalharemos, o Porto Seco não está podendo cumprir sua função de incrementar e estimular o progresso e o Desenvolvimento da Região sudoeste do Paraná e oeste de Santa Catarina, regiões estas que muito têm contribuído para a economia nacional e que, a bem da verdade, muito pouco têm recebido em troca dos Governos Estadual e Federal.

A reivindicação que estamos gestionando constitui-se em antigo pleito das regiões interessadas, e nós, quando no exercício de cargos políticos, tais quais o de Vereador e Prefeito de Santo Antônio do Sudoeste, e o de Presidente da Associação dos Municípios do Sudoeste do Paraná - AM-SOP -, sempre destacamos o atendimento do pleito como prioritário, a ponto de inserir seu atendimento como um dos mais importantes pontos de nossa plataforma política quando do evento da última campanha eleitoral, na qual almejávamos o cargo que hoje ocupamos. Trata-se portanto, de promessa efetivada nos palanques, promessa esta que a partir de agora estamos empenhados em cumprir, contando para isso com o indispensável apoio dos nobres Pares desta Casa de Leis, que sempre lutou pelo atendimento das justas reivindicações do povo paranaense.

No momento em que, a nível federal, estão sendo elaborados estudos que visam a criação e implantação de quarenta e duas (42) regiões de livre comércio, já encaminhamos requerimentos neste sentido, aprovados por este Plenário, ao Governo Estadual, e aos Ministérios da Economia e das Relações Exteriores, visando beneficiar os municípios de Barracão, Santo Antônio do Sudoeste, Pranchita, Pérola D'Oeste, Capanema e Planalto, todos no Paraná, e Dionísio Cerqueira, em Santa Catarina.

O que pretendemos agora é a superação dos entraves burocráticos que estão impedindo o efetivo funcionamento do Porto Seco de Barracão e Dionísio Cerqueira, entraves estes que queremos ver superados o mais rapidamente possível, para que, juntamente com a zona de livre comércio, possamos desencadear no Sudoeste do Paraná e no Oeste de Santa Catarina uma nova e duradoura alternativa de desenvolvimento.

No momento em que o Brasil luta para

inserir-se no contexto mundial como um País moderno e desenvolvido, cumpre a nós, Parlamentares, colocar o Sudoeste paranaense nos trilhos da história, para inseri-lo na idéia mundial de integração, integração esta que necessariamente terá como ponto de apoio a invejável localização geográfica da região, a qual possui larga fronteira com a Argentina, um dos integrantes do MERCOSUL, que em 1994 propiciará o livre trânsito de pessoas, mercadorias e serviços entre Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai.

O acesso à Argentina via Porto Seco de Barracão/Dionísio Cerqueira nos conduzirá, em sistema de ida e vinda, encurtando sensivelmente distâncias, aos portos chilenos, ou seja, ao Oceano Pacífico, através do qual atingiremos com maior facilidade e economia, mercados asiáticos, tais quais a China, o Japão e a Índia, bem como a União Soviética, a Austrália e a costa Oeste dos Estados Unidos da América, para não mencionarmos os benefícios para o continente sul americano, onde o encurtamento de distâncias proporcionará inestimável economia para o transporte, aumentando a competitividade dos produtos brasileiros neste vasto mercado, sendo importante passo para a nossa integração definitiva.

A efetiva viabilização do Porto Seco Barracão/Dionísio Cerqueira proporcionará a ligação entre o Brasil e a Região Norte do vizinho país portenho, através do qual se atingirá o Sul do Paraguai, o Chile e o Uruguai, com a utilização, em contrapartida, dos portos brasileiros de Paranaguá, São Francisco e Itajaí.

Destacamos a existência de toda uma infra-estrutura rodoviária que vem de encontro às nossas intenções, na medida em que a BR-163, e a BR-373 no Brasil, assim como a Ruta 17 na Argentina, todas elas asfaltadas, proporcionarão maior segurança, maior rapidez, e maior economia nos caminhos da integração. Senão vejamos:

DE CURI- TIBA A	VIA BARRACÃO	VIA URU- GUAIANA	KM NOMIZADOS	ECO-
Buenos Aires	1.756 km	1.996 km	240 km	
Possadas	800 km	1.696 km	896 km	
Corrientes/ Resistência	1.123 km	2.019 km	896 km	
Santa Fé/ Paraná	1.578 km	1.818 km	240 km	
Cordoba	1.902 km	2.142 km	240 km	
Mendoza	2.501 km	2.741 km	240 km	
Salta	1.752 km	2.870 km	1.118 km	

DE CURI- TIBA A	VIA BARRACÃO	VIA URU- GUAIANA	KM NOMIZADOS	ECO-
Santiago (Chile)	2.951 km	3.191 km	240 km	
Autofagasta (Chile)	2.617 km	3.715 km	1.098 km	

Assim sendo, o Porto Seco representa a rota mais curta e econômica entre o Brasil e a Argentina, e entre o Brasil e o Chile, além de proporcionar novo acesso ao Paraguai, ao Chile e ao Uruguai.

Além disso, devemos destacar que já existem órgãos administrativos instalados na Região, tais como a Receita Federal, o Departamento Nacional de Estradas e Rodagem (DNER), o Banco do Brasil com sua Carteira de Crédito Externo (CACEX), o Ministério da Agricultura, com o seu Departamento Fitossanitário, a Polícia Federal, o Vice-Consulado do Brasil instalado em Bernardo Irigoyen, faltando apenas a superação de entraves burocráticos que acabam por inviabilizar gestões diplomáticas brasileiras para a instalação do vice-consulado argentino no nosso lado da fronteira, pois em alguns casos de exportação de produtos, necessita-se visar documentos aduaneiros.

É este o ponto central deste novo requerimento que estamos encaminhando ao Ministério da Infra-Estrutura e ao DNER, o qual solicita seja mantido o acordo firmado entre o engenheiro Luiz J. Fernandes Alonso, chefe da delegação argentina, e pelo engenheiro Paulo Alvin Monteiro de Castro, chefe da delegação brasileira, em 13 de novembro de 1981, na localidade Argentina de Bernardo Irigoyen, inexplicavelmente suspenso por pressão da Associação Brasileira de Transportadores Internacionais - ABTI - com sede no Rio de Janeiro.

De acordo com um dos itens de referido acordo, o DNER permitiu aos transportadores da zona de influência do Porto Seco, utilizarem uma tonelagem ou "cupo" de transporte internacional, fazendo com que os transportadores da região sudoeste do Paraná e oeste de Santa Catarina pudessem operar na Argentina e, da mesma forma, com caminhões argentinos adentrando no Brasil. Tal sistemática oferece grandes vantagens aos transportadores da região.

Por pressão da "ABTI", foi suspenso o credenciamento dos transportadores da região, sendo esta a principal causa da redução e desativação definitiva do Porto Seco, havendo portanto a necessidade de se gestionar junto à direção nacional de transportes do DNER, a fim de que volte a vigorar o regime anterior, o qual contemplava, inclusive, o transbordo de cargas na fronteira.

Para finalizar, ressaltamos que os valores cobrados pela "ABTI" pelos fretes são em dólares, o que torna este frete três vezes mais caro que o valor do frete normal da região, conforme informações a nós fornecidas pelo Prefeito da cidade Catarinense de Dionísio Cerqueira.

Assim sendo, o que está faltando é

vontade política para solucionar em definitivo esta situação, e é exatamente esta vontade que estamos buscando nesta Casa de Leis, para que, somando-nos a outras iniciativas desta natureza, possamos concretizar o sonho destas regiões paranaense e catarinense.

Sanado este problema, e com a implantação da zona de livre comércio, se fará justiça a estas regiões, igualando-as à Zona Franca de Manaus, trazendo para o sudoeste paranaense inúmeros benefícios de ordem econômico-social, tais quais, a instalação de indústrias, aproveitando a diversificada produção regional, o fortalecimento do comércio com a instalação de novas empresas que ali se instalarão, o incentivo ao turismo, gerando novos empregos, fazendo uso da farta mão-de-obra existente na região, evitando, desta forma, o êxodo rural e, finalmente trazendo inúmeros benefícios ao Estado que aumentaria sensivelmente a sua arrecadação.

Desta forma, por ser a causa de fundamental importância para o Sudoeste e para o Estado, estamos empunhando a bandeira do progresso e do desenvolvimento do Paraná e, mais do que nunca, solicitando todo o empenho possível do Sr. Governador Roberto Requião no sentido de se manter alerta para os tópicos deste pronunciamento. Estamos cientes do empenho do Senhor Governador do Estado em relação ao MERCOSUL, empenho este manifestado em recentes pronunciamentos e, inclusive, em recente viagem à Argentina. O Sudoeste do Estado não pode e não deve ser excluído deste processo de integração, e consideramos ser este o momento oportuno para deflagarmos a bandeira da zona de livre comércio na região e do Porto Seco, sob pena de isolarmos esta rica região paranaense, que já teve uma de suas portas fechadas em razão do problema referente a estrada do colono, necessitando, portanto, de urgente compensação.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra, o Deputado Ovídio Constantino

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO - Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados, Senhores presentes.

Eu solicitaria a máxima atenção aos nobres Colegas porque eu quero fazer uma leitura e no final eu anuncio quem é o autor das palavras.

"É inconcebível que com a crise que se abate sobre a Nação, alguns abusam do bem público, quando deveriam conter as despesas e aplicar recursos em obras de interesse público.

O Governo deve ser um governo sério, transparente para que a participação seja cada vez maior no processo de desenvolvi-

mento. O uso indevido de veículos oficiais, que todos vêem por este Estado, utilizados ao bel prazer de burocratas em finais de semana para o recreio nos mercados, nas boutiques, no cabeleireiro, com motoristas inclusive, tem que terminar. Nossa emenda ajudará a conter essa situação para que o bem público seja de todos e não de uma minoria privilegiada.

Vamos deixar transparente cada vez mais, vamos exercer o Governo de maneira que todos possam visualizar a grande obra que em palanques nos propusemos a realizar, pois se escondermos a verdade do povo, certamente estaremos traindo os nossos princípios e fugindo da luta conseqüente que é a moralização administrativa."

São palavras de um Senhor que foi Deputado nesta Casa e que se chama Roberto Requião de Mello e Silva.

Nós queremos dizer a este plenário, que ontem a Bancada do PT, quando da discussão da LDO, apresentamos algumas emendas e uma delas dizia o seguinte: Não poderão ser destinados recursos para atender despesas de aquisição e manutenção de automóveis de representação, ressalvadas as de manutenção referentes ao Governador e Vice-Governador do Estado, aos Presidentes do Poder Legislativo e Judiciário e aos Secretários de Estado.

2. Não poderão ser destinados recursos também para a locação e renovação dos contratos de locação de quaisquer veículos de representação.

Pois bem, a nossa emenda apresentada ontem era do conhecimento do Líder do Governo, Deputado Orlando Pessuti e era do conhecimento também do Governador Roberto Requião, a nossa emenda justamente dizia aquilo que o então Deputado Requião propunha numa lei para moralização do uso dos carros públicos. O projeto do então Deputado dizia o seguinte: só autorizava os veículos oficiais para o Governador, vice-Governador, para o Presidente e o 1º Secretário da Assembléia Legislativa e do Presidente do Tribunal de Contas e também para o Presidente e Corregedor Geral da Justiça.

Nada praticamente diferente do que o Governador Requião defendia num projeto de lei, que temos em mãos aqui do seu tempo de Deputado.

Nem sequer a bancada do Governador e os que lhe dão sustentação aceitaram discutir a nossa emenda ontem neste Plenário, da forma com a subserviência está na base de sustentação da Assembléia ao Governador Roberto Requião.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, o artigo 45 da Constituição diz o seguinte:

O uso de veículos oficiais será regulamentado por lei, no prazo de 180 dias

após a promulgação da Constituição. Já faz quase três anos e não foi regulamentado.

A nossa emenda visava para o orçamento do ano que vem do Governador do Estado do Paraná, justamente regulamentar parte do uso de verbas para este fato, infelizmente a bancada solícita, a bancada do "sim senhor" como foi caracterizado ontem, não permitiu nem a discussão da nossa emenda neste plenário, não aprovando o requerimento para discussão da emenda. Portanto, Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhor Líder do Governo, nós vamos dentro de breves dias apresentar, a Bancada do PT vai apresentar um projeto de regulamentação do Artigo 45 da Constituição e nós vamos nos basear no projeto e na proposta do seu Governador. Nós esperamos que a Bancada do "sim senhor", no momento de apresentarmos esse projeto, nós vamos contemplar a necessidade...

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Senhor Presidente, eu requeiro a mesa que determine ao serviço de taquigrafia, que não faça constar dos Anais desta Casa, as palavras que agredem de certa forma os Parlamentares que integram esta Assembléia.

Eu acho que o Deputado Ovídio, que tem normalmente se pautado nesta Casa com uma conduta exemplar, hoje está excedendo, agredindo os Parlamentares com palavras que os mesmos não merecem.

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO - Para concluir, Senhor Presidente. Eu quero só reafirmar que nós vamos apresentar esse projeto e gostaríamos que neste momento a Bancada que dá sustentação ao Governador nos apoiasse, pois nós vamos contemplar aquilo que o Governador pensa, quer e apresentou nesta Assembléia como Projeto de Lei. Esperamos contar com o apoio da nobre Bancada de sustentação ao Governo, se não aí nós sabemos que posição, ou a Bancada aqui tem alguma coisa de estranho ou o Governador não é mais o mesmo que era o então Deputado Requião. Era isto, Senhor Presidente, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Deputado Nelson Justus com a palavra.

O SR. NELSON JUSTUS - Senhor Presidente, Senhores Deputados. Após a brilhante oração do não menos brilhante professor Alceu Swarowski, eu gostaria e acho que seria necessário algumas assertivas, alguns esclarecimentos e sobretudo alguns alertas. No entanto, antes de me reportar ao que disse o nobre Parlamentar, eu gostaria de voltar há algum pouco tempo atrás quando da apreciação nesta Casa de algumas matérias. Eu não quero me tornar cansativo

e nem repetitivo, até porque creio que é de consenso em todo o Estado hoje que a infelicidade por parte do ex-Governador em sugerir a extinção do Banco de Desenvolvimento do Estado do Paraná vem acarretando prejuízos de enorme monta, não só aos empresários deste Estado, mas ao Banco do Estado do Paraná e principalmente a todo o nosso Estado. Infelizmente de maneira subjetiva, esta Casa ratificou esta solicitação por parte do ex-Governador e nós contemplamos uma medida intempestiva, errônea, e eu passaria a tarde aqui sugerindo adjetivos para a infelicidade do ex-Governador. Em seguida, tivemos a oportunidade ontem de votar a Lei de Diretrizes Orçamentárias que nos foi apresentada através de Mensagem do Senhor Governador Roberto Requião. É claro, Senhores Deputados, que aquilo que aprovamos ontem não é o ideal, nem para a Bancada Oposicionista e muito menos para os Deputados que dão sustentação ao Governo. E vou mais longe até, acho até que não agrada nem mesmo o próprio Governador do Estado. A Mensagem que se nos apresentou era ampla, vazia e com certeza deu muito trabalho ao Relator, o nobre companheiro Heinz Herwig, bem como aos demais líderes dos partidos, a Presidência desta Casa, enfim, a todos aqueles que se propuseram a consertar alguma coisa. Não é o ideal mas certamente foi o melhor possível que nós pudemos atingir.

Agora, e tão logo eu ouço o brilhante pronunciamento do Deputado Alceu Swarowski e recordando aquilo que assisti ontem aqui eu fico a pensar comigo mesmo: será que nós temos o direito de dispensar o cabedal de conhecimentos de Parlamentares ilustres e experientes do ramo do Direito Público, do Direito Administrativo para discutir, não por discutir, Professor, mas para discutir, para acertar e resolver? Será que nós estamos repetindo os famigerados caso BADEP, intempestivamente votado aqui nesta Casa? E não gostaria de ter a pretensão neste instante de tentar reformular o voto da bancada que dá sustentação ao Governo, até porque, após um elenco enorme de razões apresentadas ontem, após uma oração extraordinária apresentada pelo Deputado Rafael Greca, e nem isso sensibilizou sequer um Deputado da Bancada Situacionista, e não seria eu aqui agora que teria a pretensão de alterar isso para o futuro.

Mas eu gostaria, não de ser aqui um Parlamentar que apresenta previsões malditas, como a previsão que eu apresentei aqui no caso do BNDES e do BADEP. E eu gostaria de enveredar, Professor Alceu, exatamente pelo caminho que V.Exa. abor-dou, e com muita propriedade na tribuna há minutos atrás.

Senhores Deputados, nós corremos um sério risco, hoje em dia, de duas indús-

trias: a "indústria da ação trabalhista" e da "indústria do calote". Eu acho que não seria de bom alvitre para nós todos aqui referendarmos nenhuma das duas indústrias. Caberia sim a esta Casa, como o tempo e com as pessoas de real competência, para analisar alguns aspectos trabalhistas que na tarde de ontem não foram abordados. Será que, com a mudança de personalidade jurídica das fundações para autarquias, não haverá transposição do regime celetista para o regime estatutário? Cabe a discussão.

Essa transposição não ocasionaria liberação dos fundos para os servidores? Se isso ocorrer, não pode, com a extinção dos contratos de trabalho, haver a necessidade da liberação dos fundos? E nós não somos ingênuos ao ponto de não termos conhecimento de que, das 26 fundações, muitas delas não recolhem o Fundo de Garantia.

Senhores Deputados, ainda hoje pela manhã, tive a oportunidade de conversar com dois Juizes do Tribunal Regional do Trabalho e devo continuar essa conversa às 18 horas hoje, com eles. Solicitamos a presença de um dos maiores advogados trabalhistas do Estado, para me ajudar a responder estas perguntas, e o que me levou a isso, foi exatamente o momento onde o Meritíssimo Juiz me disse: "Nelson, eu gostaria de ser advogado trabalhista nesta hora, porque nós sabemos, e não adianta 'tapar o sol com a peneira', que a Justiça do Trabalho tem uma certa tendência protecionista". A multa de 40% é discutida também neste caso e nós, por falta de discussão com pessoas de bem com pessoas competentes e que conhecem o assunto, como é o caso do emérito orador há pouco, estaria avaliando, aí sim, o aspecto jurídico, o aspecto legislativo ao que nós nos propomos. Por isso, Senhores Deputados, o velho ditado de que "quem tem pressa come cru", fez valer a previsão feita por muitos Deputados e por mim mesmo, do caso BNDES e BADEP. Eu temo, Senhores Deputados, que nós estejamos legando ao Governo do Estado, uma herança tão maldita, quanto aquela que o ex-Governador lhe legou no caso do BADEP, e de nada vai adiantar o exercício do "marketing" contra bancos privados, com o objetivo único de se fazer cortinas de fumaça, para não mostrar o estado deplorável com que o Governador Requião recebeu esse Estado. Não são poucos os Secretários de Estado que alegam estar administrando a miséria.

Portanto, Senhor Presidente, Senhores Deputados, sendo Líder da Bancada do Governo, o meu objetivo aqui, não é em momento algum, discutir por discutir, mas sim, alertar para que nós nos valhamos dos Deputados e das pessoas de bem, de todos os Partidos que têm condições de conheci-

mento, competência e vontade de apreciar mais um aspecto jurídico que pode trazer problemas muito sérios para nós todos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Passa-se ao Horário das Lideranças.

O SR. EURIDES MOURA - Senhor Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Pela ordem, concedo a palavra ao Senhor Deputado Eurides Moura.

O SR. EURIDES MOURA - Eu gostaria de registrar, prazerosamente, a presença de minha esposa Cida, das netas Patrícia, Gabriela e dos netos Fernando e Eduardo. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Nós registramos com muito prazer.

PSDB com a palavra.

(Declina).

PMDB com a palavra.

Fará uso da palavra, o Senhor Deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Fazemos uso da tribuna para, neste momento, discordar das afirmações feitas pelo Deputado Ovídio Constantino, durante o Pequeno Expediente, acerca de seu posicionamento com relação à tramitação, nesta Casa, da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Todos nós somos sabedores que este Projeto de Lei deu entrada, nesta Casa, no dia 15 de abril do corrente ano, portanto, tivemos prazo suficiente para discutir esta matéria.

E se existe matéria que durante este período legislativo, neste 1º semestre, tenha merecido uma discussão ampla e aberta, foi a Lei de Diretrizes Orçamentárias. Nós até poderemos concordar com o Deputado Ovídio Constantino, como concordamos com outros Deputados, no caso do Deputado Heinz, no caso do Deputado Nelson Justus, de que a Lei de Diretrizes Orçamentárias que veio à Assembléia Legislativa, não é aquela que nós pretendíamos que fosse apresentada, talvez nem de parte do Governo do Estado era a Lei de Diretrizes Orçamentárias que pretendia ele apresentar. Talvez todos nós temos, em nossas cabeças, uma idéia, um projeto próprio da LDO, mas todos nós temos que ter em nossas cabeças também que todos nós estamos vivendo no Estado e no País, um momento diferente de todos aqueles que viveram os outros Governadores, quando tiveram que mandar para cá a Lei de Diretrizes Orçamentárias. Nós estamos no início de um Governo, nós esta-

mos num momento nacional diferente, em que muitas coisas não podem ser definidas e anotadas, porque nós não sabemos o que vai acontecer no mês que vem.

Que ela era genérica, nós nunca discordamos disso, mas, em nenhum momento a Liderança do PMDB e do Governo, em nenhum momento, o Governo, através da Secretaria do Planejamento, através da Secretaria da Fazenda, mais especialmente através do Secretário Carlos Artur Krueger Passos, deixou de atender ao chamado do Senhor Presidente, do Presidente da Comissão de Orçamento, do nobre Relator Heinz e dessa Liderança, para que sentássemos ao redor de uma mesa, junto com os Senhores Deputados, e discutíssemos a matéria. E ela foi realmente discutida, quase que à exaustão, tanto que no dia em que a Lei de Diretrizes vinha ao Plenário para ser apreciada em 2.^a discussão, uma outra reunião tivemos com o Senhor Secretário e o Deputado Heinz, Relator da matéria.

Não pode se acusar de radicalismo, disso ou aquilo, como tentou colocar o Deputado Ovídio, porque, no nosso entendimento, se existe da nossa parte uma posição radical em não concordar com as Emendas propostas pelos Deputados, existe igualmente, da parte do Deputado e da Bancada do PT, um radicalismo muito maior, e que nós não poderemos aceitar, porque é não se submeter à vontade da maioria, de uma maioria deste Plenário e de uma maioria de Lideranças que, reunidos, acordaram com o Parecer, feito na forma de Substitutivo Geral, pelo Deputado Heinz.

Então eu acho que, se existe algum radicalismo, nesse momento, é da Bancada do PT, que não admite, em momento algum, que uma sua Emenda ou que todas suas Emendas possam ser rejeitadas.

Nós não podemos concordar, nós temos dito aqui que não somos donos da verdade e por não sermos o dono da verdade, aceitamos discutir o assunto com o Senhor Secretário, com o Presidente da Comissão de Orçamento, com o Senhor Relator. O Governo do Estado fez concessões, abriu espaços para que o Substitutivo fosse aceito.

Agora, se existe radicalismo, nesse momento, é daqueles que não concordam com aquilo que a maioria decidiu, ou pelo menos, não aceitam a vontade de uma maioria que foi expressa na Comissão de Orçamento, na reunião de Lideranças e na votação de ontem, quando majoritariamente, quase que a unanimidade desta Casa aprovou aquilo que nós entendemos como um brilhante trabalho elaborado pelo Deputado Heinz e pela Comissão de Orçamento, que é presidida pelo Deputado Nelson Justus.

Fica então esse registro, que nós não poderemos concordar com esse comportamento, de que somos nós os radicais, quando a

radicalização não tem partido de nossa parte e de não aceitar algumas colocações que venham a manchar, em alguns momentos até, a dignidade e o comportamento de Parlamentares que estão alinhados com o Governo do Estado, de que são bajuladores ou coisa parecida.

Nós não podemos concordar com isso.

O Sr. Ovídio Constantino - Concede-me um aparte, Deputado?

O SR. ORLANDO PESSUTI - Vossa Excelência não me concedeu, mas, como não sou radical, vou conceder a Vossa Excelência.

O Sr. Ovídio Constantino - Vossa Excelência bem sabia que no Pequeno Expediente a Mesa não permite apartes.

Eu só queria dizer a Vossa Excelência que, quando falei "a Bancada do Sim, Senhor", não estava fazendo nada de mais, porque ouvi de um Deputado da vossa Bancada, ontem, na hora da votação, olhar para a platéia e dizer: "Sim, Senhor".

O SR. ORLANDO PESSUTI - Nós não estamos questionando o "Sim, Senhor". Nós entendemos que "Sim, Senhor" não seja pejorativo, mas outras afirmações de Vossa Excelência são pejorativas, são acusações infundadas da nossa Bancada.

Mas, Senhor Presidente, gostaria de...

O Sr. José Afonso Júnior - Pediria um aparte a Vossa Excelência.
(Assentimento).

O Deputado Ovídio se refere à minha pessoa quando na votação de ontem, eu disse: "Sim. Sim, Senhor". Eu quis dizer "Sim, Senhor" à Mesa, em respeito à Mesa. Quando ela me chamava, eu dizia: "Sim, Senhor". Foi em respeito à Mesa.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Senhor Presidente, queremos anunciar que estamos entrando, nesta tarde, com um pedido também de regime de urgência para a tramitação de Mensagens que fez chegar a esta Casa, Sua Excelência o Governador Roberto Requião - já lidas no expediente - e que pretendem, essas Mensagens, conceder créditos suplementares de: 24 milhões ao IAPAR; 77 milhões ao ITCF; 1 bilhão, 541 milhões ao IPE; 209 milhões à Imprensa Oficial; aprovação de crédito suplementar ao orçamento geral do Estado de 136 milhões; de cem milhões à Fundação Estadual de Londrina; crédito suplementar de 7 bilhões, 831 milhões à Secretaria de Estado da Administração. Como também a Mensagem de nº 39/91, na qual Sua Excelência o Governador, propõe um ajuste salarial à FASPAR na ordem de 66%.

Então, pediríamos aos Senhores Deputa-

dos, para que pudéssemos ter essa matéria tramitando também, dentro da agilidade que se faz necessário, e aprovássemos o requerimento de regime de urgência.

O Sr. Colombino Grassano - Vossa Excelência permite-me um aparte?
(Assentimento).

Eu tive o prazer de participar, como já me referi em outras oportunidades aqui no Plenário, da reunião convocada pelo Presidente Anibal Khury, a fim das Lideranças se entenderem sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias. Volto a dizer a Vossa Excelência que pedi que, do pacote de negociações, ficasse alguma coisa para apreciarmos depois do recesso parlamentar. Vossa Excelência atropelou as nossas conversações e passamos a nos orientar sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias. Muito bem. Fiquei bem impressionado com o comportamento do Senhor Secretário do Planejamento, Secretário Passos, referindo-se ao ano atípico para o Governo do Estado porque, no primeiro trimestre, somente é que veio a assumir efetivamente o Governo do Estado do Paraná, apesar de que, desde o segundo turno, já era praticamente Governador do Estado o Senhor Roberto Requião, e que poderia, através de seus assessores, gerenciar no sentido de preparar uma LDO mais ampla e que atendesse aos interesses do Estado e que fosse a Lei de Diretrizes Orçamentárias para ser o arcabouço da nova Lei Orçamentária do Paraná. Foi essa a posição. Votamos ontem, o Deputado Dalton Machuca julgou conveniente não aprovar como os demais aprovaram a Mensagem Governamental.

Agora Vossa Excelência já vem solicitando regime de urgência para matérias que nem chegaram ainda à primeira Comissão. Para dizer a Vossa Excelência que não somos radicais, que nós somos até por demais liberais, o que recebemos hoje pela manhã já distribuímos para os Senhores Deputados e, para facilitar a tramitação a Comissão de Constituição e Justiça, para os créditos especiais e para a criação de cargos na Secretaria da Agricultura, nós já indicamos Deputados que fazem parte da Bancada Governamental e marcamos para amanhã uma nova reunião da Comissão de Constituição e Justiça.

Quero aproveitar essa oportunidade, Senhores Deputados, para dizer que do dia 15 de fevereiro até esta data, a Comissão de Constituição e Justiça, já exarou mais de 300 pareceres, e muitos dos projetos não estão em Plenário por culpa exclusiva das outras Comissões, porque da nossa parte, não há necessidade de pedido de regime de urgência. Nós queremos o regime da responsabilidade, o regime da seriedade, o regime do trabalho, e, acima de tudo, o

regime ao respeito à Constituição e ao Regimento Interno.

Vossa Excelência, nessa primeira parte dos trabalhos parlamentares, nessa primeira sessão parlamentar, agiu com toda correção, procurou desenvolver o seu mandato de Deputado, de Líder, com correção. Algumas vezes não atendeu aos apelos da minoria porque a minoria tem que ser respeitada, precisa ser respeitada, para que o diálogo nesta Casa não se interrompa, porque toda vez que Vossa Excelência promover o diálogo, chegamos ao resultado satisfatório. E esperamos que no segundo turno, que na segunda parte da sessão legislativa deste ano, nós possamos nos entender melhor, sem votações apressadas, porque da mesma forma que Vossa Excelência solicita urgência para as Mensagens Governamentais, para os projetos importantes, nós também, Deputados da Oposição e independentes, gostaríamos que com essa mesma urgência, fôssemos atendidos pelos Secretários de Estado, quando solicitamos audiência no interesse das comunidades que representamos nesta Casa.

É lamentável o que está ocorrendo com muitos dos Senhores Secretários, que não querem atender aos Deputados que fazem parte do bloco de oposição e, ao mesmo tempo, querem para as matérias de suas Secretarias uma tramitação mais urgente. São dois pesos e duas medidas, mas nós não mudaremos o nosso comportamento, nós estaremos votando com urgência todas as matérias que chegarem a nossa Comissão e as que vierem para o Plenário. Esse será o nosso comportamento e esperamos que na segunda fase deste ano legislativo, as perspectivas do diálogo sejam as melhores possíveis e nós possamos, através do diálogo, fazer com que esse Poder Legislativo seja respeitado.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Nós queremos, Senhor Presidente, ao finalizar o nosso pronunciamento, dizer que é esse o caminho que nós queremos trilhar nesta Casa. Em nenhum momento, nós pretendemos, durante o trabalho na Liderança, desmerecer o trabalho da Comissão de Constituição e Justiça. É bem verdade que em alguns momentos, nos colocamos contrários a posicionamentos adotados por aquela Comissão. E como bem disse o Deputado Colombino Grassano, em algumas vezes, nós não pudemos atender aos reclamos e às solicitações da minoria. Em algumas vezes, porque na maioria das vezes, nós abrimos o espaço para o diálogo e, ao final, conquistamos aquilo que era o interesse da maioria.

Mas entendemos que a preocupação nossa em solicitar regime de urgência para esta matéria, é para que, na semana que vem, quando estivermos trabalhando em regime de

período extraordinário, as matérias possam tramitar nas demais Comissões. Evidentemente, dentro da urgência que o assunto merece, porque já somos sabedores, já tínhamos conversado com o Deputado Colombino e outros Parlamentares e ele já nos havia informado que amanhã estaria realizando a Comissão de Constituição e Justiça. Portanto, talvez o regime de urgência seja até para que as outras Comissões possam, no período extraordinário, trabalhar com a rapidez que se faz necessária.

Muito obrigado, Senhor Presidente e Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa registra com satisfação, a presença dos Vereadores de Francisco Beltrão: Luiz Carlos Baggio, Presidente e Mateus Ferreira Leite, Vereador.

A Mesa registra ainda, a presença do Vereador Altamir Constantino, do PT de Dois Vizinhos.

Com a palavra, o Senhor Deputado Ernani Pudell.

O SR. ERNANI PUDELL - Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Ouvi atentamente as preocupações do Deputado Justus, embora pregando no deserto - como de costume - me permita agregar ao pronunciamento de Vossa Excelência, mais algumas questões que me deixam preocupado.

Uma delas, é como ficará o Instituto de Previdência do Estado, com a transferência de todos os funcionários celetistas das fundações para os quadros do Governo do Estado.

Sabemos que o Governo do Paraná não tem convênio com a Previdência Nacional e, portanto, os períodos não se somam, os direitos adquiridos pela previdência privada nacional não se incorporam à previdência do Estado. Será mais um ônus excessivo aos cofres públicos do Estado do Paraná, que nós sabemos estar em dificuldades seriíssimas. O reenquadramento dos funcionários, quando pertencentes aos quadros do funcionalismo estadual, quanto custará aos cofres públicos? Sem falar nas questões administrativas que essas fundações irão enfrentar, problemas seriíssimos.

Sabemos que as instituições de ensino superior, o Teatro Guaíra, terão que forçosamente, que constituir fundações internas para captação de recursos extra-orçamento do Estado. Mas nos parece, Senhor Presidente e Senhores Deputados, que nada disso preocupa a Bancada do Governo. Eu fico chocado com a falta de seriedade e compromisso com o interesse público. Parece-nos que a Bancada Governista, já que o Deputado Ovídio Constantino, na minha opinião, foi por demais condescendente, se

assemelha um fato que nós temos muito no interior onde, no entardecer, o gado segue em fila àquele boi madrinheiro, que vai na frente com a sinetinha e nada ouve, com a cabeça abaixada, até o curral. Parece-nos este, mais ou menos, o comportamento quando a Liderança do Governo vem do Palácio Iguaçu com a sinetinha e aí todos vão seguindo atrás.

Eu acho interessante também perceber que o Deputado Ovídio foi muito claro quando leu aqui, nesta tribuna, um pronunciamento feito da lavra, assinado pelo Governador do Estado do Paraná quando era Deputado Estadual e nós apresentamos uma emenda de prévio conhecimento; os Deputados, as Lideranças desta Casa, o Presidente da Assembléia são testemunhas de que nós entregamos a emenda ao Secretário da Fazenda, à Liderança do Governo que tinha prévio conhecimento de uma emenda que era exatamente, o nosso espírito das idéias defendidas pelo então Deputado Roberto Requião. Nem uma palavra, nem uma negativa daquilo que foi dito em seu conteúdo pelo Deputado Ovídio nós ouvimos aqui, tanto que a Bancada do Partido dos Trabalhadores tomou uma posição: nós vamos encaminhar uma cópia do projeto do então Governador junto com as emendas que nós apresentamos para o Governador do Estado lembra-se do que falava, do que pregava, do que propunha quando era Deputado Estadual.

Eu não vi ninguém falar aqui em radical. Quero dizer aqui, Senhor Presidente, Senhores Deputados, o PT é radical sim, mas nós somos radicais porque nós vamos à raiz dos problemas, nós procuramos ter coerência com os nossos princípios, isso é radicalismo. Agora nós não somos sectários, nós não somos cegos, que não aceitamos discussão, que não aceitamos a ponderação e as razões do outro lado.

Se essa posição existe, não é da bancada do PT, mas sim de algum outro bloco aqui nesta Casa.

Falou-se que nós procuramos ser os donos da verdade. Eu acho que o PT nunca teve esta pretensão de ser dono da verdade. Defende com garra, com rigor as suas posições, mas quem é o dono da verdade aqui não é a Bancada do PT, nos parece ser ocupante do Palácio Iguaçu, que inclusive consegue contagiar os seus seguidores aqui nesta Casa.

Quero dizer também que existe uma frase no livro dos livros, que diz que "não se deve servir a dois Senhores", apenas para lembrar um posicionamento aqui dito agora há pouco e também quero dizer que eu estranho que Deputados façam pronunciamentos corajosos quando as galerias estão vazias e na hora oportuna em que o povo estava presente, esses pronunciamentos não ocorrem.

Para concluir eu quero dizer, que em nome da bancada do PT e também do PSB, nós estamos indignados com o posicionamento que hoje foi confessado pela Liderança do Governo que haverá convocação extraordinária da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Nós fizemos o possível e o impossível para cumprir com a nossa obrigação constitucional de cotar as Leis de Diretrizes Orçamentárias até mesmo muitas vezes com imperfeição, não era a lei que nós queríamos para que fosse cumprida a lei, para que nós pudéssemos cumprir com a nossa obrigação e agora nos parece que o Governador do Estado pretende fazer a convocação extraordinária desta Casa para, em quatro ou cinco dias, aprovar projetos da mais alta indagação, do mais alto interesse público que deve, ser exaustivamente discutidos, como a autarquiaização, como a Lei Agrícola e tantos outros que estão em tramitação nesta Casa e que os Deputados teriam durante o recesso parlamentar oportunidade de discutir com as suas bases, discutir com as comunidades interessadas, esse projeto e trazer os aperfeiçoamentos necessários para que no mês de agosto nós pudéssemos votar.

E é interessante observar que este Governo que hoje administra uma massa falida deixada por Álvaro Dias se disponha a pagar Cr\$ 86.400.000,00 em convocação extraordinária dos Deputados desta Casa.

Uma despesa portanto neste momento superior a muitas das suplementações que o Governo exige para instituições do Estado, apenas para ver aprovado, em quatro ou cinco dias, projetos que perfeitamente poderiam ser discutidos no mês de agosto, mais do que isto, não só poderiam ser discutidos no mês de agosto como devem ser discutidos a partir do mês de agosto porque exige uma reflexão profunda, porque eles vão transformar profundamente várias instituições do Estado do Paraná.

Isso é uma questão de responsabilidade com a coisa pública. Ou será que houve algum acerto da Bancada do Governo com o Palácio Iguazu.

Quero aqui, de público, denunciar essa manobra, porque tenho certeza que essa convocação extraordinária não durará mais do que três ou quatro dias e custará Cr\$ 86.400.000,00 aos cofres públicos do Paraná que hoje tem a situação que nós vimos aqui funcionários com olerites de pagamento de salário mínimo, no momento em que instituições importantes do Estado do Paraná estão sofrendo processo de degradação, com a evasão enorme de técnicos qualificados por falta de uma remuneração justa. Não é possível que o Governo do Estado do Paraná cometa essa irresponsabilidade contrária à política de austeridade

que deve se adotar neste momento.

É por isso que nós vamos começar a cobrar aqui a coerência do discurso e da prática deste Governo. E vamos denunciar pelo Paraná quem é o responsável por essa sangria, por esse dispêndio do dinheiro público sem necessidade, contrário ao bom senso, contrário aos interesses públicos do Paraná.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - PL com a palavra.

(Declina).

PFL com a palavra.

(Declina).

PDT com a palavra. Deputado Geraldo Cartário.

O SR. GERALDO CARTÁRIO - Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhora Deputada.

Apresentamos hoje um projeto que tem a finalidade de preencher uma lacuna na nossa região metropolitana de Curitiba.

(Lê):

"A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

SÚMULA: Cria a Universidade Metropolitana de Curitiba e dá outras providências.

Art. 1º - Fica criada a UNIVERSIDADE METROPOLITANA DE CURITIBA, sob regime de autarquia.

Art. 2º - A UNIVERSIDADE METROPOLITANA DE CURITIBA será constituída pela dotação de recursos da Educação Superior, no Orçamento Geral do Estado, e se organizará progressivamente, em um programa de expansão gradual, aproveitando como sede as instalações do extinto Colégio Militar de Curitiba e outras que tenham espaço e ociosidade.

Art. 3º - A UNIVERSIDADE METROPOLITANA DE CURITIBA (UNIMEC) terá sua estrutura física diversificada em prédios estaduais existentes, com sede e reitoria na Capital do Paraná.

Art. 4º - Fica criada Comissão Organizativa e Constitutiva da UNIMEC, composta de 7 (sete) membros, sob coordenação de um representante da Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior do Paraná.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO" em 27.06.91.

(a) GERALDO CARTÁRIO

Apoiamento: Carlos Simões, Emília Belinati, Cleiton Kielse, Anibal Khury, Nelson Justus, Alceu Swarowski, Luiz Carlos Martins, Doutor Rosinha, Neiyo Beraldin e Renato Adur.

JUSTIFICATIVA:

Com a instituição do ensino superior, a expensa do Estado, em Maringá, Londrina, Ponta Grossa, Cascavel, Cornélio Procopio, Palmas, Paranaguá e outras, não cessou a carência de melhor distribuição dos cursos superiores e não desapareceu o direito dos paranaenses de terem melhor acesso à educação universitária.

A omissão do Governo Federal, da sua responsabilidade para com a formação universitária no Paraná, acutela os governos democráticos para uma atitude lúcida e firme, no sentido de não transformar esses direitos de acesso educacional em pendenga política, em entrechoque político que procrastine os direitos democráticos. Daí a razão deste projeto de lei.

A Região Metropolitana de Curitiba abriga cerca de 1/3 da população do Estado e os estudantes, filhos de famílias de baixa renda, estão disputando vagas com vestibulandos de todo o País, na Universidade Federal do Paraná, e com todos os estudantes de alta e média renda, se e quando tentam obter uma vaga nas faculdades privadas.

Sabemos que a interiorização do ensino superior no Paraná, justamente quando se acelerava o êxodo rural, acabou obscurecendo a nova realidade social e cultural que se formava na Região Metropolitana de Curitiba, hoje com enorme e pouco avaliado "déficit" de vagas nas escolas de 3º grau.

Estamos tentando reparar esta situação, ainda que o Governo do Estado se lastime dos custos da educação superior, estipendiada pelo Estado. Todavia, há coisas que, como se diz: "é pegar ou largar"; "cumprir ou deixar como está". (Termina de ler)

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Aproveito a oportunidade para dizer que este projeto apresentado por nós vai com apoio dos Senhores Deputados que têm representação política na nossa região metropolitana. Todos assinaram este projeto, Projeto do Bloco Metropolitano de Curitiba.

O Sr. Renato Adur - V.Exa. me concede um aparte?

(Assentimento).

Deputado, eu gostaria de elogiar a atitude de V.Exa. no sentido de que a criação, de acordo com este projeto só vem valorizar a Região Metropolitana de Curitiba.

E queremos aqui, Deputado Cartário, reafirmar a nossa posição no sentido de que defendemos sempre a Universidade, a faculdade e o ensino de 3º grau gratuito, em todos os níveis, no nosso Estado e no Brasil. E acho que a Região Metropolitana também tem esse direito, juntamente como

todo o nosso Interior tem esse direito, do qual gostaria de reafirmar mais uma vez: nós gostaríamos e votamos e queremos sempre ver as universidades muito bem administradas, com transparência e gerando a melhor qualidade de ensino para o estudante de 3º grau, e que isso também não venha a prejudicar o ensino de 1º e 2º graus na sua distribuição de verbas.

Quero parabenizar V.Exa. e dizer que a Região de Curitiba também merece o ensino de 3º grau nas mesmas condições, só que a transparência e a qualidade de ensino devem ficar patenteadas, que tenho certeza que está no seu projeto, em todo o ensino do Estado do Paraná.

Parabéns a V.Exa.

O Sr. Carlos Simões - V.Exa. me permite um aparte?

O SR. GERALDO CARTÁRIO - Pois não.

O Sr. Carlos Simões - Deputado, eu quero parabenizar a sua iniciativa. Assinei também o seu projeto no apoio e acho de fundamental importância que a Região Sul do Estado do Paraná, que é fonte de maior arrecadação dos cofres públicos do Estado, que é Curitiba e a sua Região, que responde por mais de 60% da arrecadação do Governo.

E eu acho que é questão de justiça e de equilíbrio porque Londrina e os demais municípios que têm Universidades, e acho que Curitiba já está no seu tempo e vem tardiamente a criação da Universidade aqui na Região. Alegam que tem a Universidade Federal do Paraná. É claro que temos, mas lembrando que Curitiba e a sua região é muito grande, com mais ou menos três milhões de habitantes, e provavelmente é um complicador. E esse projeto tem o meu total apoio, e esse projeto de sua autoria vem em boa hora em respeito à Região Sul do Paraná, aquilo que eu sempre falo: uma Região rica, maravilhosa, mas uma região abandonada há muitos anos, maltratada, uma região em que os Governos que passaram nos últimos anos, não deram o mínimo de apoio.

Então, essa Universidade vem em boa hora e, com certeza, terá um grande apoio popular.

Parabéns, Cartário, e também conte com o meu voto neste seu projeto.

O SR. GERALDO CARTÁRIO - Eu agradeço o aparte e concedo o aparte ao Deputado Cleiton, que também é universitário.

O SR. CLEITON CRISÓSTOMO DA SILVA - Eu parabenizo o Deputado Cartário que hoje, como Deputado, mas antes como universitário, e acho que o único desta Assembléia,

como universitário da Universidade Federal do Paraná até então, que mesmo tendo cursado o 2º grau, pleiteando a entrar no 3º grau em várias faculdades, senti junto a colegas que não tinham tal 2º grau elevado, a dificuldade e a necessidade de outras faculdades na Região Metropolitana. O seu projeto vem em boa hora, até um tanto quanto atrasado às necessidades da Região Metropolitana.

Nós, como Deputados da Região Metropolitana, devemos bater em cima dessa tecla, mesmo que o Governo do Estado não tenha recursos, mas futuramente, com certeza, teremos melhores dias, e espero desta Casa contar com todo o apoio porque como universitário, e hoje como Deputado, da dificuldade da entrada numa universidade gratuita.

Parabéns, Deputado.

O SR. GERALDO CARTÁRIO - Obrigado, Deputado.

O SR. Valdir Rossoni - V.Exa. me concede um aparte?
(Assentimento).

Deputado, eu também acho que a sua atitude é excelente, e só espero que todo esse apoio que o Senhor está recebendo da sua bancada na hora que aprovar aqui, e a hora em que o Governador vetar lá que os Senhores votem conosco para que isso se torne realidade e não seja um novo e mero discurso de campanha eleitoral.

Acho que a sua atitude é brilhante e só espero que essa mesma firmeza de apoio que o Senhor teve dessa bancada continue tendo a hora que eu tenho certeza que o governador vai vetar essa sua universidade.

O SR. GERALDO CARTÁRIO - Só para responder ao Deputado Rossoni, eu tenho a honra de contar com o apoio também da sua Bancada. Eu tenho o apoio do valoroso Deputado de Curitiba, Nelson Justus...

O SR. Valdir Rossoni - Pode contar com a minha posição também e com o meu trabalho da minha Bancada. Só espero que esse trabalho não seja inútil, à hora em que o chefe do Palácio Iguaçu, vetar esse seu projeto.

O SR. GERALDO CARTÁRIO - Eu também queria destacar, da sua Bancada, o colega Dr. Rosinha.

O SR. Dr. Rosinha - Só um aparte. Eu não sou da Bancada do PRN, Deputado. Eu sou da Bancada do Partido dos Trabalhadores. Portanto, não confunda. Tem meu apoio, mas a minha Bancada é do Partido dos Trabalhadores. Por favor.

Curitiba, quinta, em 27.06.91

O SR. GERALDO CARTÁRIO - V.Exa. tem comandado até a retirada da Bancada da Oposição. Por isso o meu equívoco e eu peço desculpas.

O SR. Neivo Beraldin - V.Exa. me permite um aparte?
(Assentimento).

Deputado Cartário, quero cumprimentá-lo pela sua iniciativa, mas também quero discorrer a respeito da oposição do Líder do PRN, Rossoni. Dizer que é "chover no molhado" esse tipo de conversa, porque o veto do governador, a votação secreta e seria difícil prever se o voto viria da Bancada da Situação ou da Oposição. Mas quero cumprimentar a V.Exa. pela iniciativa, mas mais do que isso, cumprimentá-lo pela sua atuação aqui na Assembléia Legislativa em prol da Região Metropolitana de Curitiba e o que se nota aqui na Assembléia Legislativa, nessa Legislatura, é uma Bancada coesa da Região Metropolitana, que veio para ajudar essa população que tanto precisa de uma atuação firme a nível parlamentar, aqui na Assembléia Legislativa.

Alguns Deputados, V.Exa. e outros, da Região Metropolitana, têm dito das necessidades que temos aqui. Um seminário foi realizado, onde V.Exa. destacou com brilhantismo, discorrendo sobre o transporte coletivo. Discutiu, abordou a questão da integração do transporte coletivo e outros temas que são fundamentais para a nossa Região, mas é importante destacar essa união que está havendo entre os Deputados de diversos partidos, aqui da Região Metropolitana e esse seu projeto, com certeza, terá o apoio agora, aqui, e depois, no eventual veto, porque eu não acredito - eu acredito na sanção, na concordância do Governo e depois, juntos, Deputados de todos e diferentes partidos, vamos ajudar a realizar esse sonho seu e os sonhos dos moradores da Região Metropolitana.

Obrigado.

O SR. GERALDO CARTÁRIO - Senhor Presidente, só para concluir, o Deputado Luiz Carlos Martins, por uma injustiça nossa deixou de receber a palavra. Eu gostaria que V.Exa. permitisse, para que se expressasse também em nome da Região Metropolitana de Curitiba.

O SR. Luiz Carlos Martins - Obrigado. Serrei bastante rápido.

Parabéns Deputado Cartário. Gostaria de lembrar ao Líder do PRN, Deputado Valdir Rossoni, que o ideal mesmo seria o ensino superior ser encampado e patrocinado pelo Governo Federal. Enquanto isso não acontece, nós estamos apresentando, o nobre Deputado Cartário apresenta, inclu-

nive com a nossa assinatura também, a criação da Universidade Metropolitana.

Parabéns.

O Sr. Valdir Rossoni- Eu só gostaria de dizer que eu voto favorável mesmo no ensino federal, mesmo que o chefe diga que não, entende?

O SR. GERALDO CARTÁRIO - Senhor Presidente, concluindo, que só gostaria de dizer ao nosso companheiro Rossoni, que a capacidade administrativa do Governador Requião, só o vetará se realmente os recursos financeiros arrecadados pelo Estado não forem suficientes, mas eu devo lhe dizer, Deputado Rossoni, pelo acompanhamento que eu tenho tido aqui na Assembléia e quero dizer que aprendi muito com o Deputado Erondy Silvério, procurei ficar o mais possível junto a ele e eu quero lhe dizer que acompanhando a Câmara Federal e a Câmara dos Deputados, a nível de Estado, devo lhe dizer, que poucos Deputados tiveram projeto sancionado pelo Poder Executivo. É uma tentativa em benefício de não ser discriminada a Região Metropolitana de Curitiba, que é a única, onde o Governo do Estado, não gasta um centavo sequer. Fazendo-se em Federal, a Universidade Federal foi implantada no Estado, aqui em Curitiba, quando a cidade de Curitiba tinha cem mil habitantes e hoje está com dois milhões e meio de habitantes.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa registra a presença dos Senhores Vereadores: Sebastião Rodrigues Moreira, vice-Presidente de Godoi Moreira; Mauro Fernandes da Silva, Vereador de Godoi Moreira; Antônio Ortelã, Vereador de Godoi Moreira; bem como o Vereador Heracles Alencar Arrais, de Planaltina do Paraná e Bartolomeu Alves da Silva, de Diamante do Norte.

Está com a palavra o Senhor Deputado Basílio Zanusso.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Senhor Presidente, Senhora Deputada, Senhores Deputados.

Minha presença aqui será de poucos minutos, mas eu não podia deixar de fazer aqui referência ao discurso do ilustre Deputado, Ernani Pudell, líder do PT, quando denuncia, nesta Casa e nessa tribuna, a convocação extraordinária do Poder Legislativo, como que uma sangria no erário do Estado, como culpa e responsabilidade de determinados Parlamentares.

O Deputado Pudell, sabe perfeitamente que esta Casa, além de mensagem, projetos, oriundos do Executivo e também de Parlamentares desta Casa, ela cumpriu, e muito

bem, com a responsabilidade que cada um de nós e a Casa tem no dever, no cumprimento regimental e constitucional e mais que isso, com o povo do Paraná!

Além de mensagens e proposições importantes, tivemos duas que se destacaram nesta Casa, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a proposta do Sr. Governador que transforma em autarquias fundações estaduais. Pois bem, consta da Ordem do Dia, e votaremos em 3ª. Discussão ao Lei de Diretrizes Orçamentárias que nada mais é do que o Substitutivo do Relator, Deputado Heinz, e que ontem teve aprovação, por unanimidade, nesta Casa, com exceção da Bancada do PT, que sempre discorda de tudo, e que não é radical!

Agora, Srs. Deputados, o Governador do Estado vai analisar da conveniência do Executivo e do Governo do Estado quanto à convocação extraordinária desta Casa, que também é constitucional. É competência do Sr. Governador convocar esta Casa, em período extraordinário, se assim houver por bem Sua Excelência, atendendo aos interesses maiores do Estado.

Se assim fizer o Sr. Governador do Estado, esta Casa estará reunida para apreciar não só o projeto de lei, a Mensagem a que me referi da transformação das fundações em autarquias, como proposta que o Sr. Líder da Bancada fez referência, nesta Casa, ainda hoje. Portanto, Srs. Parlamentares, a denúncia do ilustre Deputado do PT não denuncia coisa alguma e também se alguém foi culpado por esta Casa ser convocada em julho, não foi a Bancada Situcionista, apenas eu não sou do PMDB mas tenho votado com as propostas do Sr. Governador e me incluo nela, não foi culpa da Bancada, se alguém tentou procrastinar, segurar, demorar para apresentar relatórios, pareceres de comissões e comparecendo às mesmas, não foram os integrantes da Bancada que dão sustentação ao Sr. Governador do Estado. Portanto, Sr. Presidente, esta Casa cumpriu muito bem com o seu mandato nesse período, analisando, como já falei, propostas da mais alta significação para o Estado.

Ouvimos hoje dois discursos além de outros que merecem o registro: do Deputado Alceu Swarowski, quando foi à tribuna não disse se vai votar a favor da autarquização, mas falou como jurista, de um parecer que foi dado e que foi lido nesta tribuna dizendo da inconstitucionalidade da proposta do Sr. Governador. E ele, Deputado Alceu com a cultura jurídica que tem, contestou aquelas, afirmações. Mas somente no aspecto constitucional. Depois, o Deputado Nelson Justus, que veio e que ponderou a necessidade realmente de se estudar muito bem a proposta da autarquização para não acontecer, no seu entendimento, o

que aconteceu com o BADEP, isto é, ser inconveniente aos interesses do Estado e eu concordo plenamente com o Deputado Nelson Justus, que a matéria, realmente, exige desta Casa estudos, porque a repercussão é séria e importante. Mas que não se fale que nesta Casa não se trabalhou, que as Comissões não se reuniram, que os Deputados aqui não compareceram e que por culpa, de um ou de muitos, a Casa deve ser convocada extraordinariamente.

Se assim fizer o Sr. Governador do Estado, ele o fará na obediência da Constituição do Estado e da República.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está encerrada a Hora do Expediente. Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 50 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Ofício nº 76/91, subscrito pelo Sr. Deputado Cezar Silvestri, constante do expediente, comunicando sua ausência do País no mês de julho do corrente ano, em data ainda a ser fixada. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Ofício nº 92/91, subscrito pelo Sr. Deputado Colombino Grassano, constante do expediente, comunicando sua ausência a partir do dia 02 do corrente mês, em virtude de viagem para o exterior. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Expediente subscrito pelo Sr. Deputado Heinz Herwig, constante do expediente, comunicando sua ausência do País, no período de 06 de julho a 04 de agosto do corrente ano para tratar de assuntos pessoais. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Projeto de lei de autoria dos Srs. Deputados Doutor Rosinha, Ernani Pudell e Ovídio Constantino, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado João Preis, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Plauto Miró Guimarães, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Curitiba, quinta, em 27.06.91

Requerimento de autoria dos líderes dos partidos com representação nesta Casa, constante do expediente, solicitando convocação de Sessão Extraordinária, hoje, 27 de junho de 1991, às 17:00 horas, bem como dispensa do interstício, na forma do art. 175, § 2º, do Regimento Interno. Aprovado.

Está convocada a Assembléia, salvo deliberação do Plenário em contrário, para as 17 horas de acordo com o requerimento das lideranças. As matérias serão as seguintes:

O serviço da Mesa entregará aos Senhores Deputados o avulso constando as matérias a serem discutidas e votadas.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 136/91, de autoria do PODER EXECUTIVO-MENSAGEM Nº 014/91, que dispõe sobre as diretrizes gerais para elaboração dos Orçamentos do Estado relativos ao exercício financeiro de 1992. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F., e C.O.. Com SUBSTITUTIVO GERAL DA C.O., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado o Substitutivo Geral.

O SR. ERNANI PUDELL - Sr. Presidente, registrando o voto contrário da Bancada do PT e PSB.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Devidamente registrado.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 180/91, de autoria do Deputado Ademar Luiz Traiano, que dá nova redação ao "caput" do artigo 67 da Lei nº 8993/89. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., e C.F.. Com EMENDA SUBSTITUTIVA DA C.C.J., por unanimidade. (Publ.no D.A. nº 53 de 15.05.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 180/91

P A R E C E R:

O presente Projeto de lei visa alterar o art. 67 da Lei 8933/89, para determinar que o infrator à legislação do ICMS que incorrer em reincidência, estará sujeito à multa, que por sua vez deverá ser atualizada monetariamente.

A iniciativa atende em sua íntegra aos ditames constitucionais e legais atinentes à matéria.

Nos termos do que preceitua o art. 155, I.b, compete aos Estados e ao Distrito Federal instituir imposto sobre:

"b) operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de ser-

viços de transporte interestadual e intermunicipal e de Comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior",

Nesse sentido, sendo os Estados competentes para instituir o ICMS, o são também para dispor livremente sobre as penalidades de correntes das infrações cometidas pelos sujeitos passivos da obrigação tributária, posto que dentro do "conceito constitucional" de instituir está abrangido tudo o que diz respeito à instituição e cobrança do tributo, inclusive as previsões decorrentes das infrações tributárias.

Efetivamente, nos termos do que dispõe o art. 3º do CTN, a penalidade, a sanção pelo ilícito, não está incluída dentro do conceito legal de tributo, portanto, "multa" não é "tributo", assim, não há que se admitir, a presente medida como sendo um benefício fiscal dependente de convênio dos Estados.

Posto isto somos de PARECER favorável à APROVAÇÃO do presente Projeto de Lei, na forma do substitutivo geral em anexo.

Sala das Sessões, em 28.05.91

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

HERMAS BRANDÃO

Relator

PROJETO DE LEI Nº 180/91

EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL

Art. 1º - Fica alterado o art. 67 da Lei nº 8933/89, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 67 - A reincidência sujeita o infrator, a multa, estando esta sujeita a atualização monetária.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28.05.91

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

HERMAS BRANDÃO

Relator

Apoiamiento: Costenaro Neto e Ovídio Constantino.

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI Nº 180/91

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Ademar Luiz Traiano, tem por finalidade dar nova redação ao "caput" do artigo 67, da Lei nº 8933/89 (ICMS).

Sobre a matéria houve o pronunciamento favorável, da douta Comissão de Constituição e Justiça, a qual ofereceu Emenda Substitutiva Geral.

No âmbito desta Comissão de Finanças

não há nada que impeça a tramitação do projeto de lei em tela neste Poder, razão pela qual opinamos favoravelmente à sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 12.06.91

(aa) DURVAL AMARAL

Presidente

NELSON GARCIA

Relator

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia do Projeto de Lei nº 180/91. Aprovado.

Fica portanto, retirado da Ordem do Dia, o Projeto de Lei nº 180/91.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 257/91, de autoria do PODER EXECUTIVO-MENSAGEM Nº 33/91, que objetiva transformar cargos de provimento em comissão, no IPEN e na SEJU, conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 72 de 19.06.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROPOSIÇÃO Nº 257/91

P A R E C E R:

Em analisando a proposição supra, que teve sua origem na mensagem governamental nº 33/91, sob os aspectos legais, constitucionais e regimentais, nenhum óbice encontramos, que pudesse inviabilizar a presente, pelo que somos pela apreciação em plenário.

É o Parecer Favorável.

Sala das Comissões, em 24.06.91

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

JOSÉ AFONSO JÚNIOR

Relator

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sobre a mesa, requerimentos de nºs 1640 e 1641, de autoria do Sr. Deputado José Tavares, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de nºs 1621 e 1645, de autoria do Sr. Deputado Ademar Traiano, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1647, de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. Aprovado.

O SR. ERNANI PUDELL - Sr. Presidente, todos os projetos referem-se a suplementação e o reajuste do funcionalismo?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Da FASPAR e o nº 271 cria 23.389 cargos no

O SR. ERNANI PUDELL - Magistério estadual?
Em regime de urgência?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sim.

Requerimento de n° 1648, de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1598, de autoria do Sr. Deputado João Preis, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1594, de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1599, de autoria do Sr. Deputado Nelson Garcia, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1602, de autoria do Sr. Deputado Carlos Simões, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1605, de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1596, de autoria do Sr. Deputado Paulo Maia, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1609, de autoria do Sr. Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente de sessão anterior. Encaminhe-se na forma solicitada.

Requerimento de n° 1610, de autoria do Sr. Deputado Rafael Greca de Macedo, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 1624, 1625 de autoria do Sr. Deputado Toti Colaço, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 1627 a 1629, de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1626, de autoria do Sr. Deputado Nelson Garcia, constante do expediente. Em discussão.

UM SR. DEPUTADO (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 155 do Regimento Interno.

Requerimentos de n°s 1630 a 1638, de autoria do Sr. Deputado Cezar Silvestri, constantes do expediente. Aprovados. À Di-

Curitiba, quinta, em 27.06.91

retoria Legislativa.

Requerimento de n° 1642, de autoria do Sr. Deputado José Tavares, constante do expediente. Em discussão.

O SR. DOUTOR ROSINHA (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 155 do Regimento Interno.

Requerimento n° 1643, de autoria do Sr. Deputado José Tavares, constante do expediente. Em discussão.

O SR. DOUTOR ROSINHA (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 155 do Regimento Interno.

Requerimento de n° 1654, de autoria do Sr. Deputado Basílio Zanusso, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1592 de autoria dos Srs. Deputados Ovídio Constantino, Doutor Rosinha e Ernani Pudell, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Já está discutido. É a votação. Em votação. Aprovado.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Pela ordem, Sr. Presidente.
(Assentimento)

Senhor Presidente, eu gostaria de solicitar de Vossa Excelência verbalmente, uma vez que estamos encerrando o período legislativo para o recesso, que ficasse registrado para Vossa Excelência designar uma comissão de Parlamentares para participarem da EXPOVEST, em Cianorte, que será realizada entre dia 20 a 28 de julho. Nós nos sentimos muito honrado se houver uma delegação dos Senhores Deputados visitando Cianorte na EXPOVEST.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vossa Excelência está designado como um dos membros e pode, em nome da Mesa, convidar mais três Deputados para a representação.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. EURIDES MOURA - Sr. Presidente, tam-

bem uma questão de ordem.

(Assentimento)

Rolândia estará comemorando, no próximo dia 29, os seus cinquenta e sete anos de fundação. Como esta é a última sessão do mês, nos parece, eu gostaria que fosse inserido na Ata de hoje voto de Congratulações pelo acontecimento e na oportunidade, gostaríamos de convidar esta Casa para que se fizesse presente àquele acontecimento no próximo dia vinte e nove. Gostaríamos ainda que, se fosse possível, enviasse expediente desta Casa com voto de congratulações por este acontecimento tão auspicioso em Rolândia.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Atendido.

O SR. NILTON BARBOSA - Dia 25 de Julho tem aniversário de Alto Piquiri. Já fica convidado o Senhor e todos os Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Desde que a viagem e as despesas sejam por conta do Deputado.

O SR. NILTON BARBOSA - Vai sair um ônibus da praça Tiradentes no dia 24 com retorno no dia 25 à noite.

O SR. DR. ROSINHA - Senhor Presidente, uma questão de ordem e mais até de esclarecimento.

(Assentimento).

Tinham dois requerimentos do Deputado José Tavares: um eu pedi para discutir e outro para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - É a mesma coisa. Manifestou-se o Deputado sobre o assunto, é transferido automaticamente.

O SR. ARLINDO TROIAN - Senhor Presidente, uma questão de ordem.

(Assentimento).

Eu quero aproveitar a oportunidade das festividades e convidar também, em nome da Assembléia, para os dias 29, 30, 1º e 2 de julho para o aniversário de Santa Izabel do Ivaí.

É primeira festa da laranja do Noroeste do Paraná. Peço que o Senhor inclua na Assembléia também.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está incluído.

A Mesa retifica a sua decisão no que diz respeito ao requerimento do Deputado José Tavares na questão de ordem levantada pelo Doutor Rosinha. A Mesa também erra.

Concedo a palavra ao Deputado Rosinha para encaminhar a votação.

O SR. DOUTOR ROSINHA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Estou encaminhando a votação de requerimento do Deputado José Tavares, no que diz respeito à greve dos funcionários do Banco do Brasil.

Antes de mais nada nós queremos dizer que apoiamos tal iniciativa e votaremos favorável, mas o que nos surpreende é a incoerência do Senhor Deputado, quando nós, em outras oportunidades, apresentamos requerimentos com o mesmo teor, no que dizia respeito à greve de funcionários do Governo do Estado e que não foram aprovados por esta Casa de Leis.

Então esperamos que aquele período de amnésia acabe e daqui à frente haja coerência ao apresentar os requerimentos e ao votá-los, porque não adianta um com uma característica vota-se contra e o outro com outras características vota-se favorável.

Portanto, mantendo a nossa coerência apoiaremos esse e gostaríamos que o nobre Deputado mantivesse a sua desta data em diante apoiando os demais trabalhadores massacrados pelos salários.

Inclusive, nós apresentamos em apoio às greves agora do ITCF que está agora acontecendo, gostaríamos que o nobre Deputado também apoiasse essa e que apoiasse a EMATER quando assim entrou em greve, os trabalhadores da EMATER, o que cobramos é simplesmente a coerência.

Tem apoio da bancada do PT, porém questionamos a incoerência do nobre Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está em votação o requerimento.
Aprovado.

O SR. COLOMBINO GRASSANO - (Pela Ordem) - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

(Lê): "Recebi hoje, do Gabinete de Sua Excelência o Senhor Governador, cópia do Decreto n° 532, que foi publicado no Diário Oficial do dia 25 próximo passado, referente à política que pretende o Governo do Estado imprimir à remuneração do pessoal civil e militar, estatutários ou celetistas.

Trata-se de mais uma medida capaz de gerar polêmicas e debates, vez que avulta o aspecto da constitucionalidade da norma em questão.

É que de acordo com o princípio geral da Constituição, o Poder Legislativo formula normas genéricas e abstratas. Legisla.

O Poder Executivo aplica administrativamente essas leis - elaboradas pelo Le-

gislativo - que o tem como destinatário.

Esse conceito deriva essencialmente do fato de a lei, no sentido de ato normativo proveniente do parlamento, ser posta, pelo direito constitucional liberal como a fonte de todo o direito, eis que é ela - a Lei - expressão da vontade geral.

Não raras vezes - na vida do Estado.

O Executivo, ostensiva ou disfarçadamente, procura legislar, quando exerce seu poder regulamentar através dos atos de administração.

É o que ocorre no caso do Decreto n° 532, senão vejamos:

Em janeiro do ano em curso a Lei n° 9.547/91. Estabeleceu em seu art. 4°:

"A data-base de reajuste dos servidores da administração direta e das autarquias do Poder Executivo passa a ser 1° de junho".

Encontra-se portanto a Lei em pleno vigor e a data-base da correção dos Salários dos servidores é ou foi em 1° de junho, haja ou não, Lei estatuinte o Regime Jurídico Único, irrevogável destarte por um Decreto do Executivo.

A Assembléia Legislativa é um órgão de controle político sobre a legislação, especialmente sobre a legislação de origem governamental.

Onde falharem os instrumentos que trará ainda o controle da lei pelo judiciário - onde não será abrigada uma norma administrativa fruto do prevailecimento ocasional de alguns interesses.

Por maior que seja a competência que o executivo recebeu da nova Constituição, ela não chega ao ponto de permitir a inovação de ato típico do Poder Legislativo.

Por isso inarredável a inconstitucionalidade do Decreto n° 532, em questão cuja arguição é deferida ao Excelentíssimo Senhor Deputado Anibal Khury, Presidente desta Casa de Leis".

Neste sentido, Senhor Presidente, requeiro à Mesa que seja ouvida a Comissão de Constituição e Justiça para apreciar no mérito esse Decreto do Senhor Governador do Estado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Nos termos do Artigo n° 54, inciso 27 - Sustar competência da Assembléia, sustar os Atos Normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa.

Inciso 28 - Fiscalizar e controlar os atos do Poder Executivo.

Nestas condições defiro o requerimento de Vossa Excelência e encaminho o pedido à audiência da Comissão de Constituição e Justiça.

Explicações Pessoais.

Curitiba, quinta, em 27.06.91

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em explicações pessoais, concedo a palavra ao Senhor Deputado José Tavares.

O SR. JOSÉ TAVARES - Senhor Presidente, quero agradecer Vossa Excelência por esta deferência.

Gostaria de prestar aqui um esclarecimento ao Plenário e a Casa para que os Anais desta Assembléia possam registrar o porquê do posicionamento de um Deputado a respeito de um determinado assunto.

O Deputado Rosinha ele tem uma vocação muito grande para patrulheiro.

E esta sua postura de patrulheiro me faz voltar aos tempos de criança que quando eu ouvia que o mês de cachorro louco era o mês de agosto, mas eu estou convencido de que não é não.

Qualquer mês pode ser, desde que a pessoa se expresse com o ânimo daquele que foi mordido por um cachorro louco.

Então não é só o mês de agosto, não.

Aqui neste Plenário, lamentavelmente, eu tenho visto que o mês de cachorro louco, desde março que aqui estou, tem sido todos os meses para não dizer todas as semanas. Em segundo lugar eu quero dizer ao Deputado Rosinha que na Assembléia Nacional Constituinte eu fiz parte da sub-Comissão que cuidou do capítulo dos direitos sociais, das garantias individuais e coletivas, e sempre coloquei favorável a todas as questões de interesse da classe trabalhadora. Eu não cheguei hoje aqui na Assembléia, Senhor Presidente, eu tenho uma longa caminhada na minha vida pública.

Na Câmara dos Deputados por escolha pessoal, eu fui membro titular por vários anos da Comissão de Trabalho e lá, naquela oportunidade, pude defender com a minha voz e com o meu voto a regulamentação do direito de greve que hoje é lei neste País.

Mas, sou daqueles que acho que a greve deve existir não como forma de baderna, mas como instrumento legítimo de conquistas sociais e trabalhistas.

Por esta razão é que mais uma vez eu me solidarizo com as reivindicações salariais dos funcionários do Banco do Brasil.

Não é a primeira vez, não.

Já perdi a conta das vezes em que me solidarizei publicamente com essas reivindicações. E se aqui, no âmbito do Estado, eu tenho outro posicionamento é porque como Deputado do Governo tenho acesso às informações que muitas vezes um Deputado de Oposição não as tem. Já fiz Oposição aqui Líder Valdir Rossoni, ao Governo da ARENA e muitas vezes, reconheço, equivoquei-me, porque não tinha acesso às informações do Governo.

Por estas razões é que hoje apresento

esse requerimento e que ontem me posicionei de outra maneira. Eu acho que cada um de nós aqui temos responsabilidades e consciência do que deve ser feito e do que não deve ser feito.

Não vai ser um colega que de forma indelicada, que pertence a outro Partido, é que vai ditar regras de comportamento a quem quer que seja.

Eu voto de acordo com a minha consciência, nobre Deputado, e gostaria que Vossa Excelência assim o fizesse.

Eu tenho um compromisso com o meu Partido e com o meu eleitor. Eu não tenho compromisso com o seu Partido. Eu não faço parte do PT. Respeito o seu Partido.

Sempre respeitei. E aliás no Congresso a sua Liderança maior pode testemunhar quantas e quantas vezes eu fui um aliado nas propostas, nas conquistas que o seu partido defendia.

Evidentemente, Senhor Presidente, que eu me considero um liberal progressista. Não sou um homem de esquerda, respeito os homens de esquerda, mas deles eu divirjo muito, como também divirjo muito dos homens de direita. Eu tenho uma posição que, para mim, é a média do pensamento brasileiro: a posição de equilíbrio, é a posição que vem mantendo e preservando a democracia deste País e, por estas razões, é que tenho esse comportamento. Não é a primeira vez que me solidarizo com reivindicações salariais. A minha história mostra isso e os mais antigos do seu partido sabem disso.

Agora não vem Vossa Excelência a querer ditar regras de coerência ou de comportamento. O seu partido tem sido muito incoerente. Vejam as prefeituras que ele anda governando, ou melhor, desgovernando. O maior exemplo é a Prefeitura de São Paulo, e o outro exemplo foi a Prefeitura de Fortaleza, com Dona Maria Luíza Fontenelle fez um verdadeiro desastre de administração em nome do socialismo que o seu partido defende, e tantas outras Prefeituras.

Recentemente um prefeito do seu partido deixou o seu partido porque não suportava o patrulhamento ideológico na condução da chefia daquele Executivo.

Portanto, eu acho e concordo com Vossa Excelência: para se falar em coerência, acima de tudo, tem que ser coerente. Eu não admito e não aceito que quem não tem coerência venha querer cobrar coerência de quem sempre procurou se pautar pelo equilíbrio.

É por esta razão que eu me solidarizo mais uma vez com as reivindicações dos funcionários do Banco do Brasil, e quero deixar bem claro que esse posicionamento não é privativo do PT, não é só o PT que defende trabalhador aqui não, absolutamente.

Neste Plenário eu tenho a certeza, absoluta que a maioria esmagadora defende a classe trabalhadora, só que cada um defende da sua maneira, e ninguém é obrigado a concordar com teses de esquerda, ou com teses de direita, absolutamente.

É esta a minha posição, é a posição do meu passado, é a posição da minha história, da qual eu não me evergonho, Senhor Presidente, porque eu tenho procurado ser digno da confiança dos eleitores que me elegeram até aqui.

Muito obrigado.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Para explicações pessoais, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa concede a palavra a Vossa Excelência e alerta para o horário da Sessão Extraordinária.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Serei rápido, Senhor Presidente.

Apenas para ser solidário, com o nobre Deputado José Tavares e dar um testemunho a Casa, embora desnecessário.

Eu fui Líder da ARENA e do Governo enquanto o Deputado José Tavares batalhava e lutava na oposição de então, que era o seu partido, primeiro o MDB e depois PMDB. E eu pude verificar através dos anos a grande coerência de comportamento do Deputado José Tavares, um Deputado que me deu inúmeros serviços quando exercia a liderança do Partido do Governo porque ele estava sempre em defesa dos movimentos do funcionalismo, embora ele confesse agora, tardiamente não dispunha de informações que a Liderança então dispunha, porque é muito fácil para ganhar os aplausos de uma assistência como a de ontem chegar e reivindicar salários, mas se precisa ver as condições do Erário do Estado.

São informações que apenas a Liderança do Governo tem, são informações que a Liderança do Governo passa aos seus liderados para que defendam determinadas posições dentro de uma Casa Legislativa.

E o Deputado José Tavares, pelos anos que convivemos aqui nesta Casa e pelas notícias que eu soube de sua atuação no Congresso Nacional, sempre foi um homem ligado às causas populares, e é justa a sua revolta, porque o Deputado Rosinha é um "patrulheiro" nesta Casa. Primeiro me chamou de analfabeto há poucos dias atrás. Perdoei-o. Ontem chamou o Deputado Neivo Beraldin de analfabeto - não sei se foi perdoado.

Apenas ele é o dono da verdade, apenas ele tem o título universitário, de 3º grau, e não admite que outras pessoas que não os possuam também tenham conheci-

mento das causas públicas.

Nós temos a "universidade da vida", Senhor Presidente. São vinte e tantos anos neste Parlamento e mais 12 anos de Câmara Municipal de Curitiba.

Nós pudemos aprender neste período de prestação de serviço ao público, definir o que seja o certo e o que seja errado, na atuação do parlamentar. Aqui nesta Casa, é preciso que o Deputado Rosinha saiba. Ninguém é dono da verdade. Todos nós temos defeitos e todos temos qualidades. Nós temos apreciado a atuação do Deputado Rosinha, em determinados instantes da nossa vida parlamentar, mas temos repudiado também o patrulhamento que ele faz indevidamente sobre seus colegas nesta Casa.

O SR. DEPUTADOR ROSINHA - Senhor Presidente, gostaria de fazer uso da palavra nas "Explicações Pessoais".

Senhor Presidente, Senhores Deputados, fui chamado de "patrulheiro".

Realmente eu me coloco na posição radical como disse o nosso Líder, Deputado Ernani.

Radical na observação de como se comportam os Deputados em relação à sua coerência. O Deputado José Tavares tem agido incoerentemente dentro deste Parlamento.

Ao colocar para se votar uma moção de apoio aos funcionários do Banco do Brasil, eu concordo plenamente que ela deve ser votada, porque há uma grande perda salarial, há um achatamento salarial, a greve é justa e já votamos a favor.

Os professores das universidades estaduais, do IAPAR, funcionários da EMATER, do ITCF, têm mais de 400% de perda salarial.

Vossa Excelência foi contrário em to-

dos os momentos, não mantendo a coerência. Ao me chamar de louco, ou de cachorro, que eu não entendi, ou de cachorro louco, usou uma argumentação que realmente não sei se vai me convencer ou não, porque eu sou muito semelhante a Vossa Excelência. Duas pernas, dois braços, o mesmo corpo e o mesmo cérebro para raciocinar.

E nisso ainda estive errado, porque quem é mordido por cachorro louco não fica louco.

A doença é a raiva, desconhece ainda, a origem das doenças. E mais, solidariedade no discurso, não resolve absolutamente nada, quando na prática usa o tacão da ditadura e o apoio da Direita que acabou de receber nesse momento e todos conhecem a personalidade do Deputado Erondy Silvério e como se encontram seus trabalhadores nas empresas, como são massacrados pelos salários de fome, assim como os servidores do serviço do Estado do Paraná...

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Faz soar os tímpanos.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão ordinária, marcando uma Sessão Extraordinária para as 17:00 horas, da presente data, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei n.ºs 136/91, 70/91 e 34/91.

2.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.º 257/91.

Levanta-se a sessão.